

FuturaMente

Revista Científica



FuturaMente: revista científica	Pereira Barreto	v. 9	jan./dez. - 2012
------------------------------------	--------------------	------	------------------

FuturaMente: revista científica

Faculdades Integradas Urubupungá
Estância Turística de Pereira Barreto/SP
Diretor Geral: João de Altayr Domingues

Contatos:

Av. Jonas Alves de Mello, n.º 1660
CEP-15370-000-Pereira Barreto/SP
Fone (18) 3704-4242 ramal 213
Serviço de Biblioteca e Documentação “Lima Barreto”
<http://www.fiu.edu.br/biblioteca/biblioteca.html>

Conselho Editorial: Prof.^a Dra Anésia Sodré Coelho; Me. Clayton Aparecido Cardoso de Moraes; Ma. Gizelda Maria Almeida de Oliveira; Me. José Lafayete de Oliveira Gonçalves; Me. Natal B scaro Neto; Ma. Sílvia Barbosa de Melo; Prof. João Josué Barbosa.

Comissão Editorial: Prof. Dr. Marcos Luiz Berti; Ma. Edilva Bandeira Souza; Me. Fabiano Martin Tiossi, Me. João Carlos de Aguiar Domingues; Me. José Vieira, Me. Roberto Pereira da Silva; Esp. Helio Augusto Maschio, Esp. Janaina Paula Malvezzi Torraca da Silva; Esp. Jovana Rufino Barbais; Esp. Raquel Celita Penhalves Reis; Esp. Renata de Sampaio Valadão.

FuturaMente: revista científica. n. 1, (2003).
Estância Turística de Pereira Barreto:
Faculdades Integradas Urubupungá, 2003 -
Anual.

ISSN 1679 - 9305

Sumário

Editorial	7
Uma abordagem sobre o planejamento orçamentário <i>Glaucia Masteghin da Silva Oliveira</i> <i>Ogamar Busignani</i>	9
O risco de exploração e a desvalorização de ativos empregados na atividade de exploração e produção de petróleo e gás: o tratamento contábil e a transparência aos investidores <i>João Carlos de Aguiar Domingues</i> <i>Carlos Roberto de Godoy</i>	29
Profissional contábil: as mudanças chegaram <i>Franciele Yshioka de Lima</i> <i>Rafaela Cruz de Mello</i> <i>Iara Medeiros de Carvalho</i>	46
O comportamento ético do contabilista integrado a tecnologia da informação <i>Camila Cintia de Souza do Nascimento</i> <i>Rodrigo Alex de Oliveira</i> <i>Iara Medeiros de Carvalho</i>	61
Recursos humanos: um capital criativo para a gestão empresarial <i>Joaquim Marciano Ribeiro Filho</i>	76

Regime de substituição tributária do ICMS	90
<i>Ricardo da Silva Barboza</i> <i>Sandro Roberto de Souza</i>	
Uma forma de controle dos gastos no transporte de alunos da rede municipal de ensino	102
<i>Francisco Antonio de Lima</i>	
Logística reversa: o retorno de resíduos ao ciclo evolutivo e o ganho da imagem corporativa e da vantagem competitiva	117
<i>Hígor José Lopes dos Santos</i> <i>Isadora Keiko Kobayakaua</i>	
Comunicação empresarial interna e sua importância como fator motivacional	139
<i>Fabiano Alves</i>	
Erotismo em “O corpo amoroso do deserto”, de Micheline Verunschik	148
<i>Janaína Paula Malvezzi Torraca da Silva</i>	
Soneto 105: a sublimação do amor presente em Shakespeare	168
<i>Letícia Gonçalves de Andrade</i>	
Política e instruções aos autores	174

Editorial

Neste ano de 2012, as Faculdades Integradas Urubupungá de Pereira Barreto/São Paulo entram nos seus quarenta anos de vivência. Com algumas rugas, amadurecida, mais macia, disponível e adaptável a inovações, sem medos, menos radical e intransigente, mais paciente, capaz de diálogos abertos.

A Instituição atinge a maturidade com ideais pedagógicos renovados, com o pensamento na melhoria constante da realidade em que está inserida; disposta a pagar preços pelo seu crescimento; com a esperança e a energia do iniciante.

Sem renunciar ao entusiasmo e com orgulho das vivências passadas, é possível afirmar que as FIU não têm idade e sim VIDA.

A lembrança e energia dos que passaram por esta casa e o amor dos que aqui estão nos protegem e fazem com que continuemos a aprender e compreender melhor como cumprir a missão institucional.

É nesse clima que apresentamos nossa 9.^a edição da revista **FuturaMente**.

João de Alayr Domingues
DIRETOR GERAL DAS FIU
Editor Responsável

Uma abordagem sobre o planejamento orçamentário*

Glauca Masteghin da Silva OLIVEIRA ¹
Ogamar BUSIGNANI ²

Resumo

O objetivo principal do estudo é demonstrar a importância do planejamento orçamentário e seu papel informativo, capaz de auxiliar os gestores com antecedência na tomada de decisões corretivas ou afirmativas de projetos futuros. No desenvolvimento do estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica oriunda de livros, artigos e sites de internet. Constatou-se que quando bem aplicado o planejamento orçamentário auxilia os gestores na administração, pois estabelece metas a serem atingidas. Destacou-se que os gestores e diretores devem conhecer muito bem a empresa e o ramo de atividade em que atuam. Com um orçamento bem preparado, o empresário poderá definir as estratégias

(1) Graduada em Ciências Contábeis em 2011 pelas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU. glauca_masteghin@hotmail.com

(2) Graduado em Ciências Contábeis em 2011 pelas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU. ogamarbusignani@hotmail.com

(*) Orientadora: Ma. Sílvia Barbosa de Melo, professora e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Urubupungá /FIU- Pereira Barreto silvia.barbosa3@terra.com.br

junto aos seus clientes e fornecedores, uma vez que este lhe dará poder de prever as suas expectativas e necessidades futuras.

Palavras-chave: Planejamento Orçamentário, Controle, Contabilidade Gerencial.

1 Introdução

O Planejamento Orçamentário é uma ferramenta importante a ser utilizada pelas empresas na busca de resultados futuros. Um método administrativo indispensável, pois as companhias deparam-se com mercado competitivo e com uma concorrência acirrada, sendo necessário conhecer o que acontece tanto internamente quanto ao seu redor e adaptar-se as regras do mercado.

Para atender as demandas do mercado é preciso exceder na qualidade esperada pelo mesmos, obedecendo aos prazos de entrega acordados com os mesmos e trabalhar, cada vez mais, voltada para a redução dos custos, para oferecer aos clientes produtos a um preço competitivo.

O planejamento orçamentário auxilia o gestor a conhecer e avaliar o potencial da empresa antecipadamente, a analisar a necessidade de novos investimentos; a falta de recursos e a amenizar a falta deste ou obtê-los de forma mais acessíveis. Essas ocorrências são medidas administrativas nas quais o

contabilista está cada vez mais envolvido, visto que o perfil do contador nos dias atuais não é mais o de um mero “guarda-livros” e sim aquele que busca informações para a tomada de decisões no dia a dia de uma empresa.

Este estudo não se restringe apenas a um tipo de atividade e ramo de empresa, mas sim àqueles que desejam administrar com mais atuação. Servirá também a todos que se interessem em aprofundar os conhecimentos no assunto ou que precisem conhecer mais sobre o mesmo para aplicação profissional.

2 Origem do planejamento e conceitos

Diferente do que muitos acreditam, o planejamento em suas formas mais simples é um dos mais antigos companheiros da humanidade. É ele que serve como base para as atuais técnicas de previsão e controle administrativo.

Pode-se dizer que todas as pessoas fazem uso no seu dia a dia, mesmo que inconscientemente, de um planejamento operacional e financeiro. Dessa maneira, não é difícil passar essa ideia para empresas, entidades, organizações, entre outras, e perceber de alguma maneira que o planejamento é muito mais utilizado do que se imaginava.

Nota-se, então, que a ideia de planejar realmente existe há muitos séculos e é imprescindível citar que o seu objetivo principal é a prosperidade.

Para se ter noção do tempo, Passarelli e Bomfim (2004, p. 10) relatam algumas publicações onde mensuram que há muitos séculos existe o planejar tal como no clássico “A Cigarra e a Formiga”, escrito por La Fontaine e no provérbio bíblico segundo o qual “os PLANOS do diligente conduzem à abundâncias” (PROVÉRBIOS 21:5).

No século XVIII, começou-se a utilizar documentos oficiais para o Parlamento Inglês que continham as despesas efetuadas no período, com as estimativas de gastos futuros e conseqüentemente informações para os acertos na arrecadação dos impostos, para que essas receitas cobrissem o que estava sendo provisionado.

Esse método já era utilizado no início do século XX em muitos países, o que chamou a atenção dos administradores mais progressistas.

Com isso, os historiadores contam que na década de 1920 grandes indústrias começaram a usar o orçamento como gestão de custos e financeiro (fluxo de caixa). Para corroborar, Passarelli e Bomfim reforçam relatando que:

A partir de 1923 com a aplicação inicial dessa técnica, dava ênfase à previsão de despesas, notadamente despesas de propaganda e programas de vendas. Entretanto, esse limitado objetivo inicial foi rapidamente expandido de forma a cobrir previsões de receitas de vendas, bem como o planejamento de operações

de caixa e das ampliações da fábrica, abrangendo, com o tempo, todos os demais aspectos quantificáveis da vida da empresa (PASSARELLI; BOMFIM, 2004, p. 11)

No Brasil, a utilização do orçamento iniciou-se com maior intensidade após 1994, quando findou a hiperinflação que existia no país.

Em países desenvolvidos, o Controle Orçamentário é uma ferramenta insubstituível para a administração empresarial atual, mas no Brasil esse processo ainda está em desenvolvimento.

3 O orçamento e a contabilidade

A Contabilidade Financeira, até aproximadamente a metade do século XX, (e do ponto de vista ainda nos dias atuais por alguns empresários) era utilizada tão somente para calcular impostos, obedecer à legislação vigente e apresentar documentação à fiscalização; em outras palavras, em obediência ao Fisco. Porém, com o passar dos anos e a crescente necessidade de informações, surgiu a Contabilidade Gerencial, que tem como objetivo principal criar perspectiva para o futuro.

A Contabilidade Gerencial nasceu da necessidade de maiores detalhes nas informações aos usuários internos para dar subsídio ao controle e a decisão nas empresas.

Para que os usuários entendessem os demonstrativos, a contabilidade financeira buscou a padronização dos relatórios e demonstrações. Mas com o tempo, ao verificar situações mais complexas para chegar a uma solução administrativa precisou-se de adaptações dando origem a Contabilidade Gerencial.

A Contabilidade Gerencial também abrange os diferentes níveis hierárquicos e funciona como ferramenta indispensável nas tomadas de decisões, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento. Contribuindo com esta afirmação, Neves esclarece que:

A contabilidade gerencial é um conceito de contabilidade que tomou corpo nos Estados Unidos, em resposta aos anseios do profissional contabilista no sentido de dar a sua contribuição efetiva, no processo de tomada de decisões na Empresa, mais precisamente para aquelas decisões onde devem ser levados em conta parâmetros de caráter econômico-financeiro (NEVES, 1997, p. 51).

Esse ramo da Contabilidade atua em todo o campo decisório do administrador, informando as situações passadas e presentes, confecção de relatórios sob medida, avaliação de desempenho e tudo aquilo que de uma maneira poderá ser associado à visão de gerência para tomada de decisão.

Padovezze conceitua a Contabilidade Gerencial como o:

Processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informação (tanto financeira como operacional) utilizada pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para assegurar o uso e a responsabilidade sobre os seus recursos (PADOVEZZE, 2004, p. 35).

O Orçamento faz parte da Contabilidade Gerencial e tem-se caracterizado como uma das ferramentas mais úteis aos administradores na otimização do processo de tomada de decisão, como um sistema de informação e mensuração de eventos que afetam a tomada de decisão, possibilitando que a partir do conhecimento de fatos passados, procedimentos futuros sejam delineados de forma que esta otimização seja buscada com maior segurança.

De maneira geral, o Orçamento atua em todo o campo decisório do administrador, informando as situações passadas e presentes, confecção de relatórios sob medida, avaliação de desempenho e tudo aquilo que de uma maneira poderá ser associado à visão da gerência para tomada de decisão. Assim, pode-se dizer que o controle orçamentário é uma ferramenta excelente para analisar o processo operacional de uma empresa em sua totalidade, pois envolve todos os setores e departamentos da mesma.

Para Padovezze, orçar é:

[...] “processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos e considerando as alterações já definidas para o próximo exercício.” (PADOVEZZE, 2004, p. 127).

Dessa forma o orçamento contém os mesmos dados da Contabilidade Gerencial, porém com informações preditivas.

Passarelli e Bomfim definem que controle orçamentário:

[...] “quer significar a utilização de orçamentos e relatórios correspondentes, tendo em vista coordenar, controlar e avaliar as operações da empresa, de acordo com os objetivos estabelecidos antecipadamente pela sua administração”. (PASSARELLI; BONFIM, 2004, p. 13)

Para que o controle orçamentário tenha um papel importante e gere resultados positivos, é necessário que todos os escalões administrativos e produtivos da empresa o aceitem. Isso porque quando são apurados os desvios ou variações, os mesmos, além de corrigidos ou compensados, precisam ser reavaliados ou explicados.

4 Elementos do controle orçamentário

Os elementos fundamentais do controle orçamentário são: a previsão, o orçamento e o controle. Necessário se faz definir as diferenças de previsão, orçamento e controle para entender posteriormente essas fases.

Previsão, de acordo com Passarelli e Bomfim

[...] “é um estudo prévio das alternativas de ação administrativa e das suas possibilidades de realização em função das previsões referentes à mais provável evolução de determinadas condições internas e externas à empresa e que afetam o desempenho.” (PASSARELLI; BONFIM, 2004, p. 12)

Nesse estudo administrativo feito com antecedência, é importante que as pessoas envolvidas conheçam os atos internos e externos à companhia.

Por isso é importante considerar todas as metas da empresa, mesmo aquelas específicas de cada unidade operacional.

Padovezze contribui dizendo que:

Um conjunto de metas é sempre necessário para orientar e concentrar ações individuais e grupais. Por exemplo, estudantes estabelecem metas acadêmicas, atletas estabelecem metas esportivas, empregados estabelecem metas profis-

sionais e empresas estabelecem metas financeiras. Essas metas, por sua vez, motivam indivíduos e grupos a conseguir um alto grau de desempenho. Da mesma maneira, o orçamento apóia o processo de planejamento, exigindo que todas as unidades organizacionais estabeleçam suas metas para o período seguinte (PADOVEZZE, 2004, p. 35).

Nesse sentido o orçamento para Warren, Reeve e Fess (2003)

[...] envolve o estabelecimento de metas específicas, a execução de planos para atingir as metas e a comparação periódica dos resultados efetivos com as metas. (WARREN; REEVE; FESS, 2003, p. 179).

Antecipadamente a essa etapa efetua-se o planejamento, pois é o ponto inicial do desenvolvimento de orçamentos operacionais.

Fazendo referência ainda aos autores Warren, Reeve e Fess os mesmos julgam cinco etapas do planejamento consideradas necessárias:

1. Definir o objetivo, a visão e a missão da empresa. O objetivo da empresa é a razão de sua existência. Para a maioria das empresas, esse propósito é maximizar a riqueza do acionista pela maximização dos lucros. A visão da empresa é como ela planeja atingir seu objetivo. A missão de uma empresa representa o

modo específico pelo qual ela planeja atingir seu objetivo e visão. 2. Estabelecer metas de desempenho específicas que sejam coerentes com o objetivo, a missão e a visão da empresa. Por exemplo, uma meta de desempenho específica pode ser uma taxa de retorno de 18% sobre o patrimônio líquido no próximo ano. 3. Formular um plano estratégico baseando-se nas análises de ameaças, oportunidades e pontos fortes e fracos da empresa. 4. Implementar o plano estratégico. 5. Reavaliar continuamente o plano estratégico e efetuar as alterações necessárias. (WARREN; REEVE; FESS, 2003, p. 180).

Os dois últimos pontos vêm ao encontro do que se refere ao orçamento e o controle do planejamento orçamentário.

Orçamento é uma maneira formal, escrita e detalhada das estimativas que uma empresa espera atingir. Controle é a averiguação das diferenças verificadas entre a estimativa e o que ocorreu no ano com o desempenho real da empresa.

Frezatti observa com muita coerência o que é o controle numa empresa com as seguintes palavras:

Planejar sem controlar é uma falácia e desperdício de tempo e energia. Significaria que a energia despendida pelos executivos decidindo o futuro, sem que possa saber se os objetivos estão sendo

atingidos. O controle é fundamental para o entendimento do grau de desempenho e quão próximo o resultado almejado se situou em relação ao planejado (FREZATTI, 2000, p. 36).

Nesse contexto observa-se nitidamente a interligação e a importância entre os três conceitos para melhor elaboração e aplicação do planejamento orçamentário.

5 Campo de aplicação

O planejamento orçamentário tem um vasto âmbito de aplicação, variando por atividades empresariais como fabricantes de automóveis, aviões, restaurantes e entidades educativas.

Segundo Passarelli e Bomfim,

“o controle orçamentário constitui, portanto, uma técnica tendente a ser aplicada a praticamente 100% dos empreendimentos bem-sucedidos em todo o mundo, sejam quais forem o porte (pequeno, médio ou grande) e a natureza (privada, estatal ou filantrópica).” (PASSARELLI; BONFIM, 2003, p. 12)

Assim, o controle orçamentário não é prerrogativa só de grandes empresas, mas de todos que desejam ser bem sucedidos, e podem utilizar dessa ferramenta.

Padovezze afirma que,

“como qualquer instrumental de Controladoria, o orçamento é aplicável a todo o tipo de entidade, seja ou não com fins lucrativos, bem como qualquer tamanho ou arquitetura organizacional.” (PADOVEZZE, 2005, p. 184)

Warren, Reeve e Fess dizem que:

[...] os sistemas orçamentários variam de acordo com a complexidade do negócio, sendo como, por exemplo, os detalhes do orçamento de uma fabricante de automóvel, citando em seu texto a Ford, diferentes dos utilizados pela American Airlines, [...] entretando, os conceitos básicos de orçamentos, aplicam-se a todos os tipos de negócio e empresa. (WARREN; REEVE; FESS, 2003, p. 183)

Dessa forma, afirma-se que o planejamento orçamentário é aplicável a qualquer uma, seja empresa ou entidade, indistintamente.

Premissas para a elaboração do Planejamento Orçamentário

Para a elaboração do orçamento é fundamental a responsabilidade de todos os gerentes e se necessário auxiliado por coordenadores, para que transmita as informações corretas e possa ter um vínculo com todos

os funcionários.

O veículo indispensável da comunicação coordenadora é o documento chamado “Documento de Premissas Básicas”, elaborado, detalhadamente, com base nas linhas mestras da estratégia global da empresa.

Padovezze expõe sobre premissas da seguinte maneira:

As premissas decorrem do cenário escolhido. Através de informações e dados que já dispõe no seu Sistema de Informação do Negócio, a cúpula diretiva tem conhecimento e percepção geral do que deve acontecer com os negócios da empresa caso aconteça o cenário mais provável. Nesse sentido, as informações básicas para linear o plano orçamentário, tais como comportamento de vendas, produção, novos negócios e oportunidades, necessidades de investimentos e financiamentos, logística, etc., são passíveis de ser assumidas em termos quantitativos. Além disso, a direção da empresa já tem condições de estabelecer outras premissas, fruto das decisões de vendas e de investimentos, bem como decorrentes de políticas administrativas e financeiras, ou mesmo de caráter descritivo, ou seja, impostas. Todo o conjunto de premissas, que possam ser quantificáveis e sejam elementos que devem ser trabalhados nas peças orçamentárias, deve ser explicitado (PADOVEZZE, 2007, p. 513).

As premissas são importantes na elaboração de um orçamento e devem estar definidas antes da montagem do orçamento propriamente dito.

Corroborando com o estudo, Frezatti diz:

[...] As premissas utilizadas pela organização, independente de quem as concebeu, são premissas da administração, devendo ser por ela assumidas. Isso é importante porque os indicadores têm impacto muito importante sobre os resultados, tornando o plano executável, confiável, ou não dependendo do patamar estabelecido (FREZATTI, 2000, p. 81).

De acordo com Padovezze (2007) o conteúdo fundamental de um Documento de Premissas Básicas é:

- 1 Orientações Gerais:
 - a) condições político-sociais e econômicas previstas para o ano orçado;
 - b) condições de indústria e competição. Previsões do mercado em que a empresa atua. Visão do que pode ser feito se a competição vier afetar significativamente o desempenho da empresa referente ao ano a ser orçado;
 - c) considerações gerais sobre a estratégia global definida pela administração da empresa, incluindo o lucro estimado pretendido, volume de vendas, lançamentos de novos produtos, reduções de custos, etc.

- 2 Detalhes Operacionais:
- a) indicação de suporte para efeito da projeção das vendas mais prováveis para o ano a ser orçado;
 - b) evolução mensal dos índices inflacionários previstos para o custo de material direto, custo da mão-de-obra e custo de outros materiais;
 - c) aumentos de preços esperados para produtos fabricados ou comercializados pela empresa;
 - d) outros dados relevantes, assim como flutuação cambial prevista para o período orçado.

As premissas impactam significativamente sobre os resultados, pois auxiliam em detalhar tudo o que é importante, ou seja, aquilo que impacta no resultado se não for colocado como ponto a se preocupar pode passar despercebido e afetar o resultado final.

6 Considerações Finais

Através deste estudo, verificou-se a importância do planejamento orçamentário para as empresas, pois é através de um plano bem estruturado e preparado que uma organização pode conseguir uma boa vantagem competitiva junto aos seus concorrentes. Para isso requer que os colaboradores da empresa estejam unidos e todos os departamentos envolvidos com suas respectivas

responsabilidades e conhecimentos para a formação de um resultado esperado.

No decorrer do trabalho observou-se que o planejamento orçamentário, além de uma ferramenta indispensável para os dias atuais, é também completo, porque necessita de todas as áreas, compromete todos os funcionários e serve para medir o desempenho do setor, como, por exemplo, se os valores de custos estimados estão sendo correspondidos.

As empresas precisam estar atentas ao mercado para conseguir um bom retorno, e o planejamento orçamentário é uma ferramenta que possibilita essa verificação.

Observou-se ainda, que o planejamento orçamentário é um instrumento que engloba a empresa ao todo, e faz com que aquele que esteja elaborando-o ou executando-o procure conhecer os vários processos, desde o processo de fabricação, administrativo, financeiro e integrá-los.

Desse modo, o planejamento orçamentário é a ferramenta que visa alcançar o resultado através de uma projeção do que se espera para o período.

Referências

ANTHONY, Robert N. **Contabilidade gerencial:** introdução à contabilidade. São Paulo: Atlas, 1976.

ATKINSON, Antony A. *et al.* **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Atlas, 2000.

BÍBLIA. Provérbios. **Bíblia.** Tradução João Ferreira de Almeida: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1997.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michel F. Van. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços:** análise de liquidez e do endividamento. Análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARION, José Carlos, **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**: inclui o ABC. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, Adalberto Ferreira. Contabilidade Gerencial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 23, 1997.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Controladoria avançada**. São Paulo: Thomson, 2005.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Controladoria básica**. São Paulo: Thomson, 2004.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PASSARELLI, João; BOMFIM, Eunir de Amorim.

Orçamento empresarial: como elaborar e analisar. São Paulo: Thomson – IOB, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade avançada.** São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanço social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2002.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

SILVA, Adriana C. da ; GONÇALVES, Rosana C. de M. G. **Caracterização do uso de sistemas orçamentários:** um estudo multi-caso. Disponível em : <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/569.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade gerencial.** 6. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

WELSCH, Glenn A. **Orçamento empresarial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

O risco de exploração e a desvalorização de ativos empregados na atividade de exploração e produção de petróleo e gás: o tratamento contábil e a transparência aos investidores

João Carlos de Aguiar DOMINGUES ¹

Carlos Roberto de GODOY ²

Resumo:

No processo de reconhecimento e capitalização de ativos de Exploração e Produção (E&P) existe a dificuldade em manter contabilizados nas empresas esses ativos pelo real valor de seus benefícios econômicos futuros. Dentro desse contexto, na busca de se evidenciar o efetivo valor justo (econômico) de um ativo, a contabilidade utiliza-se, dentre outras práticas, do *impairment*. Assim, o presente trabalho objetiva apresentar a aplicação do teste de *impairment* na indústria petrolífera e, especificamente, na atividade de E&P de petróleo e gás, evidenciando a estreita relação existente entre o risco e a desvalorização de ativos de E&P. Através do levantamento da normatização sobre o teste, concluiu-se que, apesar de apresentarem consideráveis semelhanças, as diferenças observadas entre as normas podem comprometer a qualidade da informação contábil, além de distorcer o real objetivo do instrumento. Quanto ao

(1) Mestre em Contabilidade pela FEA/RP/USP. Doutorando em Contabilidade pela FEA-RP/USP. Professor do Departamento de Contabilidade 2011/12 – FEA-RP/USP
joacarlosdomingues@uol.com.br

(2) Doutor em Contabilidade pela FEA-SP/USP, Professor do Departamento de Contabilidade – FEA-RP/USP. crgodoy@usp.br

risco, concluiu-se que na prática do teste de recuperabilidade dos valores registrados dos ativos está implícita a principal característica da indústria petrolífera: o risco existente na atividade de exploração e produção.

Palavras-chave: *Impairment*. Risco. Desvalorização.

1 Introdução

A atividade de exploração e produção (E&P) de óleo e gás caracteriza-se por ser tipicamente de capital intensivo, envolver altos riscos e longos prazos de maturação dos investimentos, evidenciando valores significativos dos ativos empregados e apresentando, conseqüentemente, dificuldade na recuperação dos valores capitalizados nesta etapa – a mais dispendiosa para as empresas.

Eventos ou circunstâncias operacionais ou de mercado podem indicar a deterioração econômica inesperada do valor dos ativos empregados em E&P, sinalizando a incapacidade de recuperação de seu valor. Entre estes eventos e circunstâncias estão: alterações na maneira como o ativo é utilizado; alterações em seu estado físico; mudanças nos aspectos legais e no ambiente de negócios; acumulação excessiva de gastos na aquisição, construção ou uso e redução do preço do petróleo no mercado internacional.

Especificamente, no processo de reconhecimento e capitalização de ativos de E&P, encontra-se a dificuldade em manter contabilizados esses ativos pelo

real valor de seus benefícios econômicos futuros (STICKNEY; WEIL, 2001).

Dentro desse contexto, na busca de se evidenciar o efetivo valor justo (econômico) de um ativo, a contabilidade utiliza-se, dentre outras práticas, do *impairment*. O *impairment* é o instrumento utilizado para adequar o ativo à sua real capacidade de retorno econômico. Uma vez identificada perda de substância econômica do ativo, deve ser reconhecida contabilmente uma perda.

Atualmente, as principais normas que orientam a aplicação do teste de *impairment* são:

- i. a SFAS³ nº 144 – *Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*, do *Financial Accounting Standards Board* – FASB, órgão de normatização contábil norte-americano;
- ii. a IAS⁴ nº 36 – *Impairment of Assets*, do *International Accounting Standards Board* - IASB, órgão de normatização contábil internacional e
- iii. CPC⁵ 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamentos

³ *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS). Normas de contabilidade emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

⁴ As normas IAS (*International Accounting Standard*) são normas internacionais de contabilidade. Inicialmente publicadas pelo IASC (*International Accounting Standards Committee*), as normas IAS são atualmente revisadas pelo IASB (*International Accounting standards Board*).

⁵ O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC Nacional – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade;

Contábeis – CPC, novo órgão de normatização contábil do Brasil.

Especificamente para as empresas do setor petrolífero, a diversidade de normas aumenta, pois, além de seguirem as normas aplicadas às empresas em geral, devem seguir, também, aquelas específicas do setor.

De acordo com as normas brasileiras, para fins de teste de *impairment*, além das orientações contidas no CPC 01, as empresas deverão seguir o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais.

Para empresas que seguem as normas emitidas pelo IASB, além da IAS nº 36 cita-se a IFRS⁶ nº 6 – *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources*.

Já para aquelas atreladas às normas norte-americanas, as regras variam de acordo com a característica do ativo testado e com o método de capitalização dos gastos adotado pela empresa. Para os ativos associados às propriedades não provadas de petróleo e gás, a regra está disposta na SFAS nº 19 – *Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies*.

Para os ativos associados às propriedades provadas de petróleo e gás, a regra dependerá do método de capitalização dos gastos adotado: empresas que

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Além dessas entidades, serão sempre convidados a participar de suas discussões e pronunciamentos os representantes dos seguintes órgãos: Banco Central do Brasil - BCB; Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Secretaria da Receita Federal - SRF; Superintendência dos Seguros Privados – Susep (CPC, 2007).

⁶ *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são normas internacionais de contabilidade publicadas e revisadas pelo IASB (*International Accounting standards Board*). Estão substituindo as IASs.

utilizam o método *Full Cost* devem utilizar a *Regulation S-X Rule 4-10 - Financial Accounting and Reporting for Oil and Gas Producing Activities Pursuant to the Federal Securities Laws and the Energy Policy and Conservation da Securities and Exchange Commission (SEC)*; para aquelas que adotam o método *Successful Efforts*, a regra a ser seguida é a SFAS nº 144 - *Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*, do FASB.

Assim, o presente trabalho objetiva apresentar a aplicação do teste de *impairment* em propriedades provadas na indústria petrolífera e, especificamente, na atividade de exploração e produção de petróleo e gás, evidenciando a estreita relação existente entre o risco e a desvalorização de ativos de E&P.

2 Metodologia

Para atingir o objetivo proposto é apresentada uma revisão da normatização sobre o teste de *impairment*, incluindo a normatização norte-americana e internacional (semelhante à brasileira). É debatida a aplicação do teste no setor petrolífero, juntamente com uma discussão sobre a ligação entre esse instrumento da contabilidade e o risco inerente a atividade de E&P.

Também são apresentados dados coletados nos relatórios anuais 10-K, 20-F e 40-F das empresas petrolíferas integradas listadas na NYSE, são elas: *BP, Chevron Corporation, China Petroleum, ConocoPhillips, ENI, Exxon Móbil, Hess, Marathon, Murphy Oil, Petro-Canada, Petrobras, PetroChina, Repsol, Royal Dutch*

Shell, Sasol, StatoilHydro, Suncor, TOTAL S.A., YPF. O período de tempo determinado para coleta dos dados se refere aos relatórios dos exercícios sociais de 2003 a 2008.

3 SFAS 144: *Accounting for the impairment or disposal of long-lived assets*

De acordo com a SFAS 144, *impairment* é uma condição que existe quando a quantia registrada de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor justo. O valor registrado de um ativo, ou grupo de ativos, é considerado não recuperável se exceder a soma dos fluxos de caixa não descontados esperados, decorrentes do uso e eventual venda do ativo.

Nesse sentido, uma perda do valor recuperável é determinada pela comparação do valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) com seus fluxos de caixa futuros não descontados. Em outras palavras, quando o primeiro for maior que o segundo deve ser reconhecida uma perda por *impairment*.

De acordo com a SFAS 144, os ativos ou grupos de ativos devem ser testados durante sua vida útil quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que a sua quantia escriturada pode não ser recuperável.

No momento de realizar o reconhecimento e a mensuração da perda por *impairment*, as empresas devem agrupar os ativos e obrigações até o menor nível para o qual forem identificados fluxos de caixa amplamente independentes de fluxos de caixa de outros ativos e passivos, formando então um grupo de ativos.

Por fim, o valor da perda por *impairment* é definido pela diferença entre o valor contábil e a soma dos fluxos de caixa descontados. Esse valor é lançado para resultado no período relativo ao teste. Os efeitos contábeis desta perda produzem alterações nas contas originais, evidenciando a adoção do novo valor contábil ajustado pela perda por *impairment* como a base para as futuras depreciações/amortizações, bem como para futuros testes de recuperação do valor contábil do bem. A SFAS 144 define, ainda, que uma vez reconhecida a perda por *impairment*, fica proibida sua reversão.

4 IAS 36 – *Impairment of Assets*

A IAS 36 objetiva definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Caso existam evidências de que ativos estejam registrados por valores não recuperáveis no futuro, a entidade deverá realizar o teste para verificar a possível perda e, caso identificada, reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas de recuperabilidade de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso. O valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados.

Em condições gerais, a norma orienta que o valor recuperável deve ser calculado para um ativo individual. No entanto, se não for possível estimar o valor recuperável de um ativo individualizado, pelo fato de os

fluxos de caixa gerados por ele serem dependentes dos fluxos gerados por outros ativos, deve ser determinado o valor recuperável para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). Para as empresas do segmento de óleo e gás e, portanto, para os ativos de E&P, a definição de unidade geradora de caixa é regulada pela IFRS 6 – *Exploration for and Evaluation of Mineral Resources*.

Mensurado o valor recuperável de um ativo (ou da UGC), se este for menor do que seu valor contábil, este deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo e, portanto há *impairment*.

A perda por desvalorização deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período, exceto para aqueles ativos que foram objeto de reavaliação, que terão suas perdas registradas em reservas de reavaliação no patrimônio líquido.

Outro ponto importante a ser citado é a possibilidade de reversão de uma perda por desvalorização.

A entidade deve avaliar em cada data de relatório se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa não existir mais ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar um novo valor recuperável desse ativo.

A reversão de perdas por *impairment* deve ser reconhecida no resultado imediatamente, a não ser que o ativo esteja escriturado por valor reavaliado, que neste

caso será registrado em reservas de reavaliação no patrimônio líquido.

5 Redução ao valor recuperável em ativos de exploração e produção de petróleo e gás

De acordo com Brock, Klingstedt e Jones (1990), a necessidade de se avaliar periodicamente o retorno dos benefícios dos ativos de E&P ficou evidente após o declínio do preço do petróleo, principalmente no período de 1982 a 1986. Especificamente em 1986, esse declínio de preço aliado a metodologias não uniformes de cálculo do *impairment* causaram fortes distorções nos resultados apresentados pelas companhias petrolíferas.

Na prática do teste de recuperabilidade dos valores registrados dos ativos está implícita a principal característica da indústria petrolífera: o risco existente na atividade de exploração e produção. Mesmo após a descoberta de determinado campo ainda não existe a certeza de retorno econômico que supere o investimento feito. Está incluída na atividade de E&P uma probabilidade na realização dos fluxos de caixas futuros (GALLUN, STEVENSON NICHOLS, 1993; CLÔ, 2000; SANTOS, MARQUES, SILVA, 2006).

Brock, Klingstedt e Jones (1990) afirmam que, geralmente, é esperado que entre 80% a 90% das áreas não provadas adquiridas por um explorador serão devolvidas ou abandonadas sem produção por terem sido avaliadas como economicamente inviáveis, ou seja, esse é o risco inerente à atividade de E&P.

Para os referidos autores, o maior problema envolvendo a aplicação do teste para as propriedades

provadas é a forma de mensuração do valor recuperável ou benefícios econômicos futuros. Vários métodos eram e são utilizados para encontrar tal valor: (i) valor justo de mercado, (ii) fluxo de caixa futuro (não descontado) e (iii) fluxo de caixa descontado. Desse modo, considerando as peculiaridades do ativo do segmento de E&P, a avaliação desses ativos representa fator crítico em sua mensuração. Para Silva (2007), o fluxo de caixa é apresentado como uma alternativa de avaliação dos ativos de petróleo e gás, apesar da subjetividade envolvida nesse método de mensuração.

De acordo com Wright e Gallun (2005), outro aspecto crítico é a determinação dos ativos que serão testados para *impairment*. Nas atividades de petróleo e gás, os poços e equipamentos de produção de petróleo e gás são tipicamente agrupados ao nível de um campo produtor (*field*) para propósitos do teste de *impairment*. Por esse motivo, a maioria dos ativos de petróleo e gás que são submetidos ao teste de *impairment* não são avaliados individualmente, mas por meio de unidades geradoras de caixa, pois os benefícios futuros dos recursos investidos na sua formação, geralmente, são provenientes da atuação conjunta desses ativos.

6 Evidências Empíricas de Desvalorização de Ativos no Setor Petrolífero

Das 19 empresas selecionadas para amostra, com 6 anos para cada empresa, foram consultados 114 relatórios financeiros.

As médias, considerando as 114 empresas-ano, foram de 270.924.441 dólares de *impairment* total e 119.828.085 dólares de *impairment* atribuídos ao segmento de Exploração e Produção.

O maior valor de *impairment* divulgado foi de 2.455 milhões de dólares, da *PetroChina Company Limited* no ano de 2008, justificados como sendo constituídos de 620 milhões em ativos de E&P e 1.835 milhões em equipamentos e maquinários em geral. Nesse mesmo ano foi divulgada uma revisão negativa de (467.833.333) BOE no volume total de reservas provadas da empresa. Ressalta-se ainda a tendência de crescimento observada na quantidade produzida pela empresa de óleo e gás. O menor valor foi divulgado pela *YPF Sociedad Anônima* na cifra de 658.762 dólares no ano de 2005. Esse valor foi totalmente atribuído ao segmento de E&P e foi, também, o menor valor divulgado para o segmento. Nesse ano, a empresa atingiu 2.351.749.489 BOE de reservas provadas, o seu maior volume nos anos estudados.

O maior valor de *impairment* atribuído ao segmento de E&P foi feito pela *BP p.l.c.* no ano de 2008, no valor de 1.186 milhões de dólares. Esse valor é atribuído pela empresa, principalmente, à perda de recuperação: (i) em propriedades de óleo e gás no Golfo do México, no valor de \$270 milhões, provocada por revisões decrescentes das reservas; (ii) em ativos de E&P no Vietnã no valor de \$210 milhões, resultado de uma decisão da BP de retirar-se das atividades exploratórias na referida área; (iii) em propriedades de óleo e gás no Egito, no valor de \$85 milhões provocada por aumentos dos custos e (iv) em outros ativos individualmente

insignificantes que causaram a perda de \$104 milhões (como divulgado pela empresa). Registra-se ainda a revisão negativa feita pela empresa no ano de 2008 no volume de (593.000.000.000) pés cúbicos em suas reservas de gás.

Apesar de a *PetroChina Company Limited* ter sido responsável pelo maior valor absoluto de *impairment* total de uma empresa, na média dos anos estudados essa marca ficou com a *BP p.l.c.* que também registrou a maior média atribuída ao segmento de E&P. Esse fato justifica-se devido à *PetroChina Company Limited* ter registrado um valor esporádico de *impairment* no ano de 2008, tendo, nos anos anteriores, uma média relativamente pequena de 277.797 mil dólares de *impairment*.

O menor valor médio de *impairment* foi registrado pela *Suncor Energy Inc.* que não corresponde à empresa que registrou o menor valor absoluto, que foi a *YPF Sociedad Anônima*. Especificamente para o segmento de E&P, o menor valor médio é atribuído à *Murphy Oil Corporation*. Em valores absolutos, essa marca também ficou com a *YPF Sociedad Anônima*.

Com relação à participação da despesa de *impairment* de E&P na despesa de *impairment* total da empresa, destaca-se a baixa porcentagem média da *Marathon Oil Corporation* e as altas porcentagens registradas pelas *Petro-Canada*, *Suncor Energy Inc.* e *YPF Sociedad Anônima* que atribuíram 100% de suas despesas de *impairment* ao segmento de E&P.

7 Considerações finais

O objetivo do presente trabalho foi o de apresentar a aplicação do teste de *impairment* na indústria petrolífera e, especificamente, na atividade de exploração e produção de petróleo e gás, evidenciando a estreita relação existente entre o risco e a desvalorização de ativos de E&P.

Constatou-se que na prática do teste de recuperabilidade dos valores registrados dos ativos está implícita a principal característica da indústria petrolífera, ou seja, o risco existente na atividade de exploração e produção. Mesmo após a descoberta de determinado campo ainda não existe a certeza de retorno econômico que supere o investimento feito. Está incluída na atividade de E&P uma probabilidade na realização dos fluxos de caixas futuros.

Dessas informações depreende-se que os ativos da indústria de petróleo e gás, especialmente no segmento de E&P, apresentam características específicas não somente em decorrência dos métodos de capitalização, mas também em relação à identificação dos benefícios futuros gerados por esses ativos.

Na investigação da aplicação do teste de *impairment* nas empresas petrolíferas, identificou-se que a normatização para o órgão norte-americano (FASB) varia de acordo com o ativo testado e com o método de capitalização utilizado. Assim, para os ativos associados às propriedades não provadas de petróleo e gás, a regra está disposta no SFAS nº 19. Já para os ativos associados às propriedades provadas de petróleo e gás, a regra

dependerá do método de contabilização dos gastos adotado. Para as empresa que adotam o da Capitalização Total, deve-se utilizar a Reg. S-X Rule 4-10, e para aquelas que preferem o método de Contabilização pelos Esforços Bem Sucedidos, a regra a ser seguida consta no SFAS nº 144.

Em relação às normas internacionais e brasileiras, os preceitos das normas (IAS nº 36, IFRS nº 6, CPC 01, CPC 34) são aplicados a toda indústria de petróleo e gás que adota as normas do IASB e do CPC, não importando o método de capitalização dos gastos e nem a divisão dos ativos em propriedades não provadas e propriedades provadas.

Referências

BROCK, H. R.; KLINGSDDT, J. P.; JONES, D. M. **Petroleum accounting**: principles, procedures, & issues. 3. ed. Texas: Professional Development Institute, 1990.

BROCK, H. R; CARNES, M. Z.; JUSTICE, R. **Petroleum accounting**: principles, procedures & issues. 6. ed. Denton, Texas: PricewaterhouseCoopers/Professional Development Institute, 2007.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Redução ao valor recuperável de ativos**. Setembro, 2007. (Pronunciamento técnico CPC, 1). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/cpc01-audiencia-publica.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Exploração e avaliação de recursos minerais. Julho, 2009. (Minuta de pronunciamento técnico CPC, 4).
Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC34.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

CLÔ, A. **Oil economics and policy.** Boston: Kluwer Academic Publishers, 2000.

FASB - Financial Accounting Standards Board. -
Financial accounting and reporting by oil and gas
producing companies. **Statements of Financial
Accounting Standards**, n. 19. Dezembro, 1977.

FASB - Financial Accounting Standards Board.
Disclosures about oil and gas producing activities.
Statements of Financial Accounting Standards, n.
69. Novembro, 1982.

FASB - Financial Accounting Standards Board.
Accounting for the impairment or disposal of long-
lived assets. **Statements of Financial Accounting
Standards**, n. 144, Agosto, 2001.

IASB - Impairment of Assets. **International
Accounting Standards Board. International
Accounting Standards**, n. 36, Junho, 1998.

IASB - International Accounting Standards Board.
Exploration for and Evaluation of Mineral Resources.
International Financial Reporting Standards, n. 6 .
Dezembro, 2004.

IASB - International Accounting Standards Board.
Operating segments. **International Financial Reporting Standards**, n. 8, Novembro, 2006.

GALLUN, R. A.; STEVENSON, J. W.; NICHOLS, L. M. **Fundamentals of oil & gas accounting**. 3. ed. Oklahoma: PennWell Books, 1993.

NYSE. **New York stock exchange**. Disponível em: <<http://www.nyse.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

NYSE. New York stock exchange. **Annual Report**, Disponível em: <http://www.nyse.com/about/listed/lc_all_industry_1.html?supersector=11§or=101&subsector=1120128534121>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SANTOS, O. M.; MARQUES, J. A. V. C.; SILVA, P. D. A. O custo de abandono nas empresas petrolíferas. **Revista de Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 41, p. 56 – 71, 2006.

SEC - Securities and Exchange Commission.
Regulation S-X rule 4-10 - financial accounting and reporting for oil and gas producing activities pursuant to the federal securities laws and the energy policy and conservation. 1975. Disponível em: <<http://taft.law.uc.edu/CCL/regS-X/SX4-10.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SILVA, P. D. A. **Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas**. 2007. 139 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2007.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira**: uma introdução aos conceitos, métodos e usos. São Paulo: Atlas, 2001.

WRIGHT, C. J.; GALLUN, R. A. **International petroleum accounting**. Tulsa: PennWell, 2005.

Profissional contábil: as mudanças chegaram

Franciele Yshioka de LIMA ¹
Rafaela Cruz de MELLO ²
Iara Medeiros de CARVALHO ³

Resumo

Cursar quatro anos do ensino superior, passar no exame de suficiência e registrar-se no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) é apenas o início da caminhada do profissional contábil. Em virtude do mercado globalizado, é necessária a atualização diária, uma visão global que permite compreender o meio social, político, econômico e cultural, para que as decisões sejam tomadas de forma correta e precisa dentro desse ambiente diversificado. As mudanças no cenário contábil são constantes, significativas, como a IFRS (International Financial Reporting Standards), digitalização contábil, a implantação do exame de suficiência entre outras que exigem atualizações dos profissionais. Atualização é palavra de ordem no mundo contábil. Dos acadêmicos espera-se a integração da teoria com a prática, e dos profissionais atuantes a motivação para estudar o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais. Tudo isso necessário para o desenvolvimento do profissional contábil.

(1) Graduada em Ciências Contábeis em 2011, pelas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU, Pereira Barreto/SP, fran_fyl@hotmail.com

(2) Graduada em Ciências Contábeis/FIU, 2011, rafaelacmello@hotmail.com

(3) Graduada em Ciências Contábeis/FIU, 2011, iaramc@hotmail.com

Palavras-chave: Perfil. Mudanças. Contabilidade.

1 Introdução

A Contabilidade é uma ciência que vai além dos números; segundo Iudícibus e Marion (2007), “não é uma ciência exata, é uma ciência social pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial, de qualquer modo, a Contabilidade utiliza de métodos quantitativos (matemática estatística) como sua principal ferramenta.”

O Contador possui um papel de extrema importância em qualquer organização. Função essencial, pois oferece informações aos diversos usuários, compiladas em relatórios, sem os quais não seria possível a tomada de grandes decisões. É nessa troca de informações que se encontra o mundo contábil. Importante no passado, presente e futuro das organizações.

Atualmente um grande processo de mudanças permeia os órgãos que regulamentam a profissão como o CRC (Conselho Regional de Contabilidade) que buscam cada vez mais se certificar, aperfeiçoar e engrandecer uma classe profissional que há vários anos vem contribuindo com a sociedade.

Hoje o profissional contábil tem uma posição estratégica dentro das empresas, pois na era da globalização, ser contador é deter um enorme volume de informações.

As mudanças na contabilidade se devem ao desenvolvimento da economia e seu processo de globalização, ao aprimoramento das tecnologias da informação, a internacionalização das normas contábeis e ao Exame de Suficiência.

Todo ano no mercado são lançados inúmeros profissionais e o que dita sua colocação, além de requisitos técnicos e científicos, são as atitudes comportamentais, como atualização, compromisso e principalmente ética. O contabilista, para ser competitivo e possuir uma alta empregabilidade, precisa estar em sintonia com as tecnologias buscando seu aperfeiçoamento, escolhendo as ferramentas adequadas, e assim criar expectativas de serviços com maior qualidade, confiabilidade e responsabilidade.

O objetivo deste trabalho é apresentar informações que agreguem conhecimentos a respeito das mudanças e guiem aqueles que pretendem seguir a carreira de contabilista, e de forma sucinta demonstrar as principais mudanças do cenário contábil.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, nos conformes ditados por Gil:

É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2006, p. 44)

2 O perfil do profissional contábil no séc. XXI

De acordo com ZANLUCA (2011),

A principal característica desta profissão, no século XXI, será o conhecimento aplicado. Não menos importante, é que o contabilista precisa ser um profissional flexível, autodidata e preparado para enfrentar desafios de uma profissão na qual a competição e exigências crescem a cada dia.

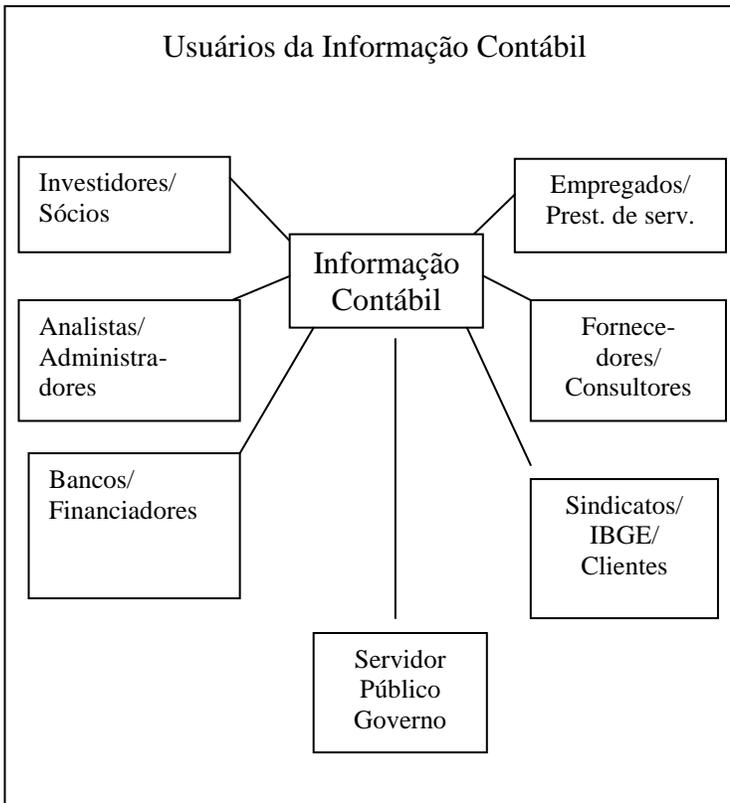
O contador hoje ocupa um lugar estratégico dentro da empresa, pois tem em mãos os instrumentos que fornecem o máximo de informações, passando desde os custos de produção à administração. Com a ocupação de melhores lugares e conseqüentemente melhores salários, o profissional precisa ter diferenciais como noção em tecnologia da informação, habilidade em língua inglesa e ter um bom conhecimento não só em nível nacional como também internacional.

Silva afirma que:

“O mercado atual requer modernidade, criatividade, novas tecnologias, novos conhecimentos e mudanças urgentes na visão dos paradigmas, impondo, com isso, um desafio: o de continuar competindo.” (SILVA, 2000, p. 26).

Características que estavam adormecidas, voltaram à tona em virtude do aquecimento do mercado de trabalho contábil. As grandes empresas querem

profissionais gestores, capazes de gerar informações empestivas e concisas para os diferentes usuários.



Fonte: MARION (2004, p.27) adaptado

Vemos na figura acima a necessidade do contador conhecer exatamente todas as áreas da empresa, já que quando os usuários estão interessados em saber a real situação financeira das organizações, buscam informações com os mesmos.

Exigências do mercado

Segundo Giroto,

A escassez de profissionais qualificados para atender às exigências da área contábil é uma realidade que vem sendo percebida nos últimos anos. Com o fortalecimento da economia brasileira e o crescimento da participação das empresas brasileira no mercado externo, o setor de contabilidade tornou-se estratégico para a gestão de negócios. (GIROTO 2010, p. 13)

Quem faz a opção por Ciências Contábeis nunca encontra barreiras referentes a emprego, desde que desempenhe bem seus deveres. Antes o contador tinha uma preocupação com gerar lucros para a empresa; hoje, porém, nota-se que o cenário contábil passou por mudanças marcantes como a implantação das IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade) capaz de afetar não somente o ambiente privado como o público, e agora os bacharéis terão um desafio: o Exame de Suficiência, extinto por um tempo, e agora volta através da LEI Nº 12.249/10 (Publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010), servindo como um filtro onde somente os mais bem preparados entrarão no mercado, assim representando com êxito a classe contábil.

3 Algumas mudanças da área contábil

3.1 Exame de Suficiência

Com o advento do Exame de Suficiência todos os

técnicos em Contabilidade e bacharéis em Ciências Contábeis deverão passar pela avaliação, a fim de se tornarem contabilistas legalmente habilitados no exercício da profissão, devidamente registrados no conselho de classe. Pode-se considerar a volta do exame como um ganho para a categoria contábil, sendo assim só entrará no mercado os profissionais qualificados e realmente hábeis a exercer a profissão.

A Lei nº 12.249/10 que alterou o artigo 12 do Decreto-lei n.º. 9.295, de 27 de maio de 1946, faz a exigência:

Art. 12. Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

Após a aprovação no exame, as empresas terão mais segurança ao contratar um recém-formado, já que essa seleção voltou com o intuito de filtrar os mais bem preparados, selecionar aqueles com a real capacidade de dominar as técnicas e conhecimentos contábeis.

Segundo Carbonera,

O profissional contábil tem de ter conhecimento técnico suficiente para atender seus clientes. Na verdade, com as mudanças que ocorreram na contabilidade, e que ainda vai ocorrer, a atualização é a exigência constante. Na

área contábil, o aprendizado é compromisso permanente. Por isso, o exame de suficiência não pretende restringir o mercado, mas sim qualificar, cada vez mais o profissional, como forma de disponibilizar a sociedade contadora e técnica em contabilidade apta e competente. (CARBONERA, 2011, p. 22)

A volta do exame de suficiência não recebeu somente aplausos, mas também críticas. Seu principal objetivo é ter profissionais cada vez mais bem qualificados, todavia existem aqueles que não concordam com a sua volta, pois assim dificulta de certa forma a entrada no mercado de trabalho. Uma maneira errada de se pensar, sendo que o próprio mercado se encarrega de fazer sua seleção de profissionais. Como citado acima, para a área contábil o aprendizado é compromisso permanente, e o exame vem para testar como estão os conhecimentos dos novos profissionais que serão lançados no mercado.

3.2 IFRS - International Financial Reporting Standards

Com a implantação das Normas de Contabilidade Internacional, as companhias abertas e organizações de grande porte em geral, como as pequenas e médias empresas brasileiras têm o desafio de se adequarem a nova era da Contabilidade. O IFRS adota normas que implicam a adoção ao padrão internacional de contabilidade em suas apurações, e elaboração e demonstrações das informações e resultados.

Essas demonstrações financeiras em IFRS vieram com o objetivo de fornecer informações sobre a posição financeira de uma entidade onde um número considerável de usuários as utiliza, a fim de ajudar no momento de tomada de decisão.

Segundo Pereira:

“A convergência contábil gera o aumento da comparabilidade das informações contábeis entre os diferentes países. Por fim, ao melhorar a qualidade das informações contábeis, a convergência pode reduzir o custo de captação das empresas” (PEREIRA et al, 2011, p. 49)

Sendo assim, as novas normas trazem consigo a competitividade com empresas estrangeiras, através da facilidade em comparar suas demonstrações.

A convergência não será algo fácil, já que depende de vários fatores e particularidades de cada país, no que tange a economia, legislação e cultura. Entretanto, seus resultados tendem a ser bastante positivos, já que dessa forma haverá uma integralização com as demais empresas, sejam elas nacionais ou internacionais, trazendo ganho até mesmo para classe de contadores que obrigatoriamente absorverão cada vez mais conhecimento, agregando cada vez mais valor e reconhecimento a classe.

3.3 Digitalização Contábil, em Especial o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital)

Os documentos antes datilografados a máquina, passam a ser digitais; assim como os livros tradicionais abrem lugar aos arquivos virtuais. Atualmente muito se discute sobre Digitalização Contábil, mais precisamente SPED. De acordo com o conteúdo disponível no site do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) projeto SPED pode-se dizer que é uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais dentro de um formato padronizado. Sendo assim, o projeto contribuirá para a redução de custos com o armazenamento de documentos, além de tudo possibilitará uma maior segurança.

O contador deve se antecipar em assimilar as mudanças. De acordo com Alcazar (2011), o SPED é um projeto que veio para ficar e suas etapas vêm sendo implantadas gradualmente. Para o contabilista, que faz o elo entre o fisco e o contribuinte, é fundamental essa qualificação.

O conhecimento e a atualização são imprescindíveis e cada vez surge mais novidades; com a tecnologia alavancando a era contábil, em pouco tempo teremos informações se cruzando, ou seja, o sistema permite a quebra de paradigmas em todas as áreas do conhecimento humano proporcionando uma maior rapidez e confiança na integração das informações dentro da empresa com o fisco.

Consta do Decreto n.º 6.022, de 22/ janeiro/2007:

Art.1º Fica instituído o sistema público de escrituração digital - SPED.

Art.2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresarias, mediante fluxo único computadorizado de informações.

O SPED permite que todas as informações referentes à transação comercial entre os contribuintes sejam importadas através do elo contador e o fisco. Sendo assim, o armazenamento de documentos da área contábil conta com essa nova ferramenta que proporciona maior comodidade e facilidade no armazenamento e reduz os custos com impressão. Dessa forma o fisco pode fazer seus planejamentos tributários em tempo real, facilitar o recolhimento das arrecadações e agilizar o investimento das mesmas em áreas mais necessitadas.

4 Considerações Finais

A Contabilidade sempre trará em sua essência a mudança, por se tratar de uma ciência social que depende de tradições e costumes. Esses últimos anos foram marcados por mudanças bastante significativas, como a IFRS, que coloca uma nova forma de apresentar as demonstrações, padronizando-as e facilitando seu entendimento por seus usuários. Em meio aos novos conhecimentos, o mercado requer profissionais bem preparados e informados. A volta do exame de suficiência, com o intuito de trazer credibilidade aos

usuários de uma forma geral e a todos que utilizam da informação contábil passa a dar maior segurança aos serviços. Essa credibilidade aumenta através das ferramentas digitais, como a escrituração dos elementos contábeis dentro do SPED, programa que integraliza as informações com um de seus principais usuários: o Fisco.

Todas essas mudanças impulsionam um novo comportamento dos contadores, de antigos guarda-livros a fornecedores de informações para tomada de decisão. Assim é possível dizer que a globalização impôs um novo comportamento aos profissionais contábeis, trazendo consigo uma nova era na Contabilidade.

Referências

ALCAZAR, Chapina. O fisco mutante. **Revista do SESCOB-SP**. São Paulo, v. 23, n. 264, p. 20, 2011.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BRASIL. Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Decreto do Presidente da República, o qual institui o sistema público de escrituração digital. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/decretos/2007/dec6022.htm>> Acesso em: 07 set. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.249/10, de 14 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o

FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 9, 2012.

Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jun. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm>. Acesso em: 28 jun. 2011.

CARBONERA, Moacir. Exame de suficiência passou a ser exigência legal. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 5, p. 22, 2011. Disponível em: <<http://revistacrcls.tempsite.ws/pub/crcrs/index2//index.jsp?edicao=26>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **SPED – sistema público de escrituração digital**. Disponível em: <www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=261>. Acesso em: 17 set. 2011.

DE LEÓN comunicações. **Contabilistas terão mais um exame de suficiência em setembro**. Disponível em: <<http://classecontabil.uol.com.br/noticias/ver/15365>>. Acesso em: 28 jun. 2011

ESPERANTO Contábil - Consagração do IFRS como norma contábil universal obrigará o Brasil a unificar seus dialetos. **Razão Contábil**, São Paulo, v. 4, n. 38, p. 36-40, 2007. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/noticias34.htm>> Acesso em: 14 jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIROTTTO, Maristela. O que o mercado atual espera dos profissionais contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 185, p.13, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, Jose Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para nível de graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

MARION, Jose Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **O perfil do contador do século XXI**: comprometimento ético/profissional e internalização de valores de justiça e responsabilidade social. Disponível em: <<http://perfildocontador.weebly.com/comprometimento-do-contador.html>>. Acesso em: 20 maio 2011.

PEREIRA, Clesia Camilo et al. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Tania Moura. Currículo flexível: evolução e competência. **Revista Brasileira de Contabilidade do CFC**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 121, p. 22-27, 2000.

SOARES, José Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Faculdade Fabrae. Disponível em: <www.jjsoares.com/media/.../Pesquisa%20_Científica_novo.doc> Acesso em: 30 jun. 2011

VASCONCELOS, Charlyton. **Características do contador gerencial**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe->

se/artigos/caracteristicas-do-contador-gerencial/32211/>. Acesso em: 27 maio 2011.

ZANLUCA, Júlio César. **O perfil do contabilista no século XXI**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/perfil_contador.htm>. Acesso em: 25 maio 2011.

O comportamento ético do contabilista integrado a tecnologia da informação

Camila Cintia de Souza do NASCIMENTO¹
Rodrigo Alex de OLIVEIRA²
Iara Medeiros de CARVALHO³

Resumo

A Contabilidade mundial tem chamado a atenção da sociedade para o desenvolvimento da teoria geral do conhecimento contábil como sendo fundamental e necessário para auxiliar na formação do profissional ético. Atualmente, o centro das discussões reside nas grandes transformações que ocorrem no âmbito global e empresarial e que afetam diretamente as atividades e a economia de forma generalizada entre os países. A ética na contabilidade, a formação e atuação ética do profissional integrada à tecnologia da informação devem caminhar juntas. Pode-se dizer que o homem em geral, não consegue viver distante de toda essa tecnologia existente e para o profissional contábil é uma ferramenta que funciona como mola propulsora, facilitando e auxiliando na realização dos serviços com mais agilidade.

(1) Licenciada em Letras (2004) e Pedagogia (2006). Graduada em Ciências Contábeis (2011). Pós-graduada em Gestão Empresarial (2009) nas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU/SP, camila@fiu.com.br

(2) Graduado em Ciências Contábeis pelas FIU em 2011, digoalex_1@hotmail.com

(3) Graduada em Ciências Contábeis (2001) e Licenciada em Letras (2006) pelas FIU, Pós-graduada em Gestão Empresarial (2007). Aluna de pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Técnico (2011) nas FIU. iaramc@hotmail.com

Palavras-chave: Ética. Contabilista. Tecnologia da Informação.

Introdução

O contabilista, para concretizar seu trabalho com competência e profissionalismo, deve estar atento a questões essenciais à sua profissão. Manter-se atualizado, seja nas legislações contábeis ou nos sistemas de tecnologia da informação, é essencial. Sempre sustentado pela integridade ética adquirida ao longo dos tempos.

Com as mudanças ocorridas na contabilidade através da *International Financial Reporting Standards* - IFRS, os profissionais necessitam de aprendizado e atualização contínua, para o bom desenvolvimento de seu trabalho, uma vez que precisam informar e relatar os dados obtidos pelas entidades aos administradores, sócios, bancos, empreendedores, governo.

As IFRS (padrões contábeis internacionais que permitirão a unificação das normas, ou seja, todos compartilharão da mesma linguagem) ocasionam uma grande revolução à contabilidade. Assim deve estar aliada à Ciência Contábil uma ótima Tecnologia da Informação - TI, pois traz agilidade ao processo operacional, armazenando informações relevantes a cada trabalho produzido, como as demonstrações financeiras. Além disso, o Governo, cada vez mais, impõe que os dados apresentados a ele sejam totalmente digitais.

A TI de escritório inclui o processamento de

textos, arquivamento automático, sistemas de processamento de transações, conferência eletrônica, correio e quadro eletrônicos, vídeo-teleconferência, trabalhos de pesquisa em banco de dados, planilhas eletrônicas, sistemas de suporte para decisões e sistemas especialistas. Esta lista é mais representativa que exaustiva, e pretende fornecer uma ideia da diversidade da TI nas organizações. (PADOVEZE, 2004, p. 52).

O trabalho contábil é capaz de mostrar todos os elementos estudados e executados para a melhoria da confiança do mercado; e a ética na contabilidade sempre foi, é e será um dever, uma obrigação do profissional.

Desde que nascemos, aprendemos que ser ético é fazer aquilo que é bom, ou o que é certo, correto aos olhos da humanidade. Muitos pensadores e filósofos discorrem sobre o assunto com o intuito de nos mostrar do que realmente se trata ser ético. Sá (2007, p.15) descreve a Ética no seu sentido amplo como “... a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes”.

A Ética necessita de maior espaço para discussões e reflexões, pois trata de uma questão social.

A proposta deste trabalho é demonstrar a visão ética do ponto de vista comportamental do profissional contábil, a sua função junto às empresas e a evolução da teoria contábil; constatar que os sistemas de informação constituem um forte aliado para a compreensão, o desenvolvimento, a aplicabilidade, e as diretrizes de uma correta postura profissional.

A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica, que Gil (2006, p. 44) define como “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”, através de leitura corrente em obras de divulgação e levantamento de informações coletadas, onde se procura mostrar a importância do comportamento ético contábil frente às tecnologias existentes e o modo como o mesmo deve proceder.

Ética na contabilidade

Para se entender o conceito real de ética é preciso diferenciá-la de moral. Os termos são utilizados como sinônimos, mencionando normas, valores e princípios para definir e orientar o comportamento dos homens que vivem em uma determinada realidade social.

Em Rodrigues e Souza (1994, p.13) encontramos os conceitos de ética como o “conjunto de valores, de princípios universais, que regem as relações das pessoas”, e moral que “se refere mais a determinados campos da conduta humana”.

Quando se fala em profissionalismo, não é possível deixar de citar a ética como fator primordial. Para os contadores, essa virtude é fundamental, pois precisam oferecer um serviço de qualidade, mostrar que possuem não somente a capacidade técnica, como também o respeito e a responsabilidade para exercer tal função.

Lisboa se manifesta afirmando:

O profissionalismo é a maneira íntegra e honesta de exercer uma profissão. Ele está fundamentalmente ligado à ética, à moral dos bons costumes. (LISBOA, 2006, p. 111).

A função social do contabilista é comprovada pelo fortalecimento da profissão no Brasil e principais países do mundo, porém, nos últimos anos vêm ocorrendo significativas mudanças comportamentais e na situação econômica dos países. A profissão contábil sofre os reflexos dessas mudanças para atender às exigências atuais, que cobram informações úteis e precisas. Porém não se deve permitir que essas transformações agredam as normas éticas a serem cumpridas e que são essenciais no direcionamento do profissional, para uma conduta correta dentro de seu ofício. O exercício profissional, quando realizado com competência e qualidade, oferece às empresas todas as informações necessárias para auxiliar na gestão e no processo de tomada de decisões.

Lisboa esclarece que:

O objetivo de código de ética para o contador é habilitar esse profissional a adotar uma atitude pessoal, de acordo com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade. (LISBOA, 2006, p. 61).

É dever do contador exercer a profissão com dedicação, honestidade e responsabilidade. Adaptar-se às novas exigências faz parte do processo

evolutivo. De acordo com Lisboa (2006, p. 74) “[...] requer do contador os princípios éticos da competência, sigilo, integridade e objetividade”.

Toda profissão demanda um conjunto de normas que orientem o comportamento de seus membros. O profissional contábil em seu âmbito é regido pelos Princípios de Contabilidade (PC), Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e pelo Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC), cujo objetivo é regulamentar o exercício da profissão incentivando e mostrando aos profissionais a importância da prática correta do desempenho de suas funções com seriedade e honestidade.

A contabilidade está sempre inserida no meio de agentes com interesses conflitantes e seu produto. A informação para o controle, para a avaliação de desempenho e para a decisão, é cada vez mais relevante e, as pressões tendem a ser maiores sobre o contador por parte de seus tão diferentes usuários.

Sá (2009), em um de seus vários artigos sobre ética versa o seguinte: Se o cliente erra e o profissional toma conhecimento do erro, não significa que este está também errado; errará sim, se difundir o que veio a conhecer e se não advertir a seu orientado sobre as consequências que podem gerar atos viciosos e sobre os quais tomou conhecimento. É possível não se estar de acordo com o que o empresário ou dirigente de instituição faça, mas erra-se ao divulgar a opinião contrária, mencionando com terceiros sobre tal fato conhecido.

Portanto, a ética se faz necessária juntamente com a manutenção da moral contábil e integridade dos profissionais.

Atuação e formação ética do profissional contábil

No mundo contemporâneo, as tecnologias têm avançado de maneira significativa e o homem acostumou-se a elas de modo intenso e satisfatório.

A sociedade atual passa por grandes transformações, tudo acontece muito rápido, o desenvolvimento tecnológico, os progressos no campo científico, o avanço econômico-social, todas essas mudanças contribuem para a necessidade de que a atuação e a formação do profissional, seja repensado e reestruturado. (IUDÍCIBUS, 1997, p. 36).

Farias diz que, de acordo com as Ciências Sociais, para ser considerada profissão, uma atividade deve agrupar um conjunto de características, entre elas estão:

- a) existência de um conjunto de conhecimentos científicos necessários para seu exercício;
- b) um órgão de classe responsável pelo ingresso de novos profissionais, pela manutenção dos registros e pela avaliação da conduta dos mesmos;
- c) razoável controle exercido pela profissão sobre as instituições de ensino;
- d) uma cultura própria específica;
- e) um conjunto de preceitos éticos a serem seguidos. (FARIAS, 2011, p. 21)

A atividade contábil pode ser exercida por profissional autônomo atendendo um número determinado de clientes, por profissionais empregados e vinculados a uma empresa ou grupo de empresas e por associados que prestam serviços a diversos clientes através de uma organização contábil.

Atualmente, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade CFC, no Brasil os contadores somam mais de 495.584 pessoas, entre profissionais e técnicos. Isso mostra que a profissão está sendo cada vez mais reconhecida e, portanto, faz-se necessário que os contabilistas sejam íntegros em seu trabalho.

Lisboa (2006) sugere que o Código de Ética Profissional do Contabilista traga quatro elementos indispensáveis ao desempenho satisfatório do serviço prestado pelo contabilista:

Competência: é assegurada pelos conhecimentos e experiências necessários ao desenvolvimento do trabalho, devendo ser considerado o processo de educação continuada por meio de treinamento e cursos de reciclagem.

Sigilo: é de suma importância, uma vez que o contabilista tem como objeto informações confidenciais de seu cliente ou empregador. Observa-se que o sigilo é um dever do profissional, somente em relação aos fatos e atos lícitos. Para os atos ilícitos, o indivíduo não tem o dever de guardar sigilo, mas tem a obrigação de denunciar, como exercício de sua cidadania.

Integridade: a confiança e credibilidade que o profissional passa para seus clientes repousam em outro fator, que é a integridade do primeiro. Só a competência e o sigilo não são suficientes. No exercício da profissão não se pode segregar o indivíduo do profissional, portanto, as empresas não querem só profissionais competentes, mas sim competentes e honestos. Hoje cada vez mais se procura no homem valores muitas vezes esquecidos ou escondidos por trás de ambições incompatíveis com a honestidade e zelo (características intrínsecas da integridade).

Objetividade: assegurar aos usuários da informação contábil sua compreensão a fim de garantir sua utilidade para tomada de decisão. Assim, o contabilista deve procurar ser claro, conciso ao comunicar-se com o usuário.

A clareza e a simplicidade das palavras não significam pobreza de conhecimentos, mas tão somente uma forma de melhor explicar relatórios e demonstrações contábeis.

Segundo o Código de Ética do Profissional Contabilista o contador que não seguir as regras estabelecidas poderá sofrer punições como advertências ou censuras. Caso isso ocorra,

[...] os Conselhos Regionais de Contabilidade funcionarão como Tribunais Regionais de Ética, facultando recurso dotado de efeito suspensivo, interposto no prazo de trinta dias para o Conselho Federal de Contabilidade em

sua condição de Tribunal Superior de Ética.
(CEPC, 2002, p. 68)

A integração da Contabilidade com a tecnologia da informação e a ética profissional

As transformações no comportamento, decorrentes de mudanças estruturais pelas quais passa a sociedade mundial, são fatores determinantes de modernidade e de desenvolvimento tecnológico.

Com a atual disponibilidade das telecomunicações e com o desenvolvimento de *hardware* e *software*, vê-se um acelerado avanço tecnológico, com automação de vários segmentos da economia, as quais permitem a obtenção de serviços e produtos dentro dos princípios básicos de segurança, agilidade, qualidade e competitividade.

O conceito de Tecnologia da Informação/TI entende que a informação (sistemas, recursos) deve fazer parte de uma estrutura em nível estratégico das empresas. Para Padoveze:

A informação não deve limitar-se a administrar recursos internos, mas ultrapassar as fronteiras da empresa e integrar-se sistematicamente com fornecedores, clientes, etc., sendo, portanto, a TI fator chave de competitividade. (PADOVEZE, 2004, p. 51).

Na verdade, o mundo tem oferecido amostras de automação plena das atividades empresariais, cujas informações convergem para a Contabilidade.

No quadro que segue é possível se ter uma visão do processo de definição de informações para o sistema de informação.

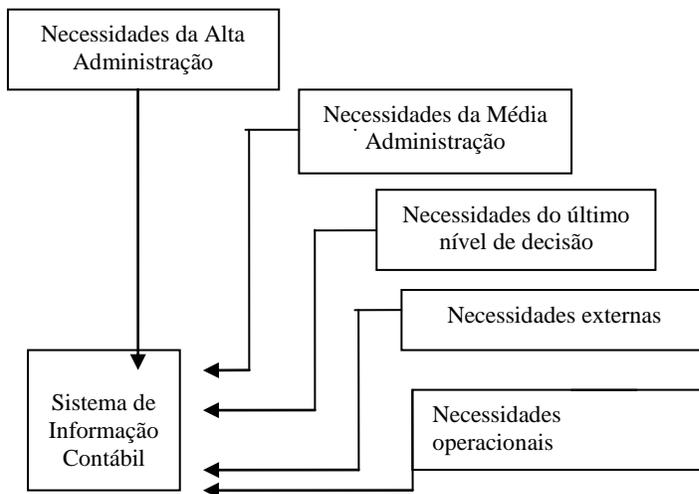


Figura 1 - Processo de definição de informações para o sistema de informação

Fonte:- Padoveze. (2004, p. 153).

As informações eficazes ampliam os talentos das pessoas competentes e o desenvolvimento efetivo da tecnologia, embora exigindo uma grande habilidade, é apenas uma parte da transformação competitiva bem sucedida.

Um ponto muito importante e decisivo está na capacidade da liderança das empresas em adaptar a organização de modo a tirar proveito da nova tecnologia.

Nesse aspecto, o profissional que for dotado de conhecimentos técnicos aliados a uma boa conduta ética terá sucesso em sua carreira.

Partindo da premissa que a função da Contabilidade é identificar, mensurar e informar, os sistemas de informações colaboram muito, pois permitem que os vários tipos de usuários se beneficiem de um entendimento mais esclarecedor.

O contador pode prever as possíveis restrições de entendimento por parte dos que têm direito ao uso das informações e, a partir daí, desenvolver juntamente com profissionais de informática um meio mais transparente para que os mesmos possam compartilhar dos dados obtidos.

A falta de ética dos profissionais que utilizam a TI pode acarretar sérios danos. Tanto o profissional da informática quanto o contador deve manter sigilo das informações oriundas das empresas. O contabilista de má fé pode aproveitar-se desses dados para repassá-los aos concorrentes, ou até mesmo em benefício próprio. Portanto, a ética é inegavelmente um princípio primordial a ser incorporado ao profissional.

Considerações finais

A credibilidade de um profissional está ligada ao seu comportamento. Ética, transparência, integridade e excelência devem estar cravadas na vida de qualquer profissional e na Contabilidade não é diferente.

A conscientização dos valores éticos vale para todos e cada qual.

Dentro do conceito de responsabilidade o profissional deve fazer a sua parte distinguindo o certo do errado, o bom do ruim, agindo de maneira voltada aos interesses coletivos podendo até priorizar, em alguns casos, seus interesses individuais, desde que seja com dignidade, de forma a não prejudicar ou acarretar problemas a terceiros.

No mundo contemporâneo, os sistemas de informação invadem expressivamente todas as esferas da atividade humana. Desta forma, a revolução da tecnologia da informação terá como ponto principal analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, através de sua dinamização com a Contabilidade, prevalecendo sempre o comportamento ético.

A Contabilidade está inserida num contexto de mudanças e transformações. O dimensionamento, envolvimento e a obtenção de valor, em todas as áreas administrativas, só podem ser apurados e informados por meio das técnicas contábeis. Portanto, o cenário competitivo das empresas exige rápidas e contínuas adaptações em sua postura estratégica para sobreviver e crescer nesses novos tempos de globalização. A conduta ética vem para somar as qualidades de um profissional competente, íntegro e honesto.

Referências

BARBOSA, João Josué. **Orientações na preparação dos trabalhos acadêmicos de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**. Disponível em:

<http://www.fiu.edu.br/ORIENTACOES_ABNT.doc>.

Acesso em: 01 ago.2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Profissionais e organizações ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade**. Disponível em: <

http://www.cfc.org.br/uparq/Evolucao_anual%202010.pdf>. Acesso em: 30 abr.2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade e o código de ética profissional do contabilista**. 31. ed. São Paulo: CRCSP, 2002.

FARIAS, Adriana. **Legislação e ética profissional**.

Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/download/apost_eticaCRC.PDF>.

Acesso em: 15 mar.2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**.

5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SÁ, Antonio Lopes. Ética e opinião contábil. **Revista Jus Vigilantibus**. 2009. Disponível em: <www.jusvi.com/artigos>. Acesso em: 15 mar.2011.

SÁ, Antonio Lopes. **Ética profissional**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Carla; SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

SIAR & SIACC. **Modelo para a formatação dos artigos a ser utilizado no Siar&Siacc 2011**.

Disponível em:<

<http://www.siarsiacc.com.br/2011.doc>>. Acesso em: 05 set.2011.

Recursos Humanos: um capital criativo para a gestão empresarial*

Joaquim Marciano RIBEIRO FILHO ¹

RESUMO

O mercado de trabalho está acentuadamente competitivo, exigindo que as empresas se diferenciem. Por isso, é considerável discutir as formas de se administrar pessoas e como utilizar os recursos humanos. Por consequência, elaborou-se pesquisa de campo e bibliográfica, utilizando-se o método fenomenológico, sendo entrevistados 60 trabalhadores distribuídos igualmente entre ambos os sexos e diversas profissões no período de dezembro de 2010 a junho de 2011 abrangendo, no Brasil, a região noroeste do Estado de São Paulo. Os dados forneceram uma leitura sustentável da região para se estudar e compreender a relação que se estabelece na atualidade entre pensamentos e atitudes de trabalhadores e gestores. Com os resultados, as discussões evidenciaram um alerta para as práticas com pessoas que promovam ações saudáveis e funcionalmente eficientes.

Palavras-Chave: Recursos Humanos; Marketing; Administração; Psicologia.

(1) Graduado em Psicologia. Especialista em Psicopedagogia. Discente das Faculdades Integradas Urubupungá/FIU/SP, joaquimr.filho@cenorpsi.com

(*) Prof. Orientador: João Carlos de Aguiar Domingues. Mestre (2011) em Contabilidade pela FEA-DP/USP, Doutorando (2012) em Contabilidade pela FEA-RP/USP, joacarlosdomingues@uol.com.br

Introdução

As empresas, nas diversas situações de trabalho, atuam em um mercado acentuadamente competitivo, no qual o seu eixo diferencial se encontra na gestão e nos recursos que mantém tal administração: os humanos (GHOSHAL, 1999; PFEFFER, 1995; ROSA, 2006; ULRICH, 1998).

Ao estudar o campo da administração nota-se a existência de papéis que se constituíram pelo conhecimento; fator esse que é desenvolvido por pessoas.

Nesse contexto, a forma de administrar é um assunto considerável, principalmente pelos diversos comportamentos que emergem dos membros nas organizações em diversos campos de trabalho (COIMBRA, 2011; GHOSHAL, 1999; RIBEIRO FILHO, 2010).

Empresas não funcionais estão sendo forçadas a se desligarem do mercado, o que exige das ainda ativas uma insistente eficiência e o seu motivador está na atual Era da Informação, cujo recurso é o conhecimento (estratégico), que é criado, cultivado e exposto por pessoas, a Geração C: conectada, informada. (BASTA, 2005; RIBEIRO FILHO, 2010). Por isso, “cada vez mais as empresas serão diferenciadas com base naquilo que as pessoas sabem” (ULRICH, 1998, p. 15).

A eficiência organizacional se traduz na síntese das competências de seus profissionais. Ter uma visão de conjunto

da organização, dos processos que lhe são próprios e desenvolver trabalhos em equipes multidisciplinares [e interdisciplinares] são características comuns dos profissionais das organizações líderes de mercado (BASTA et al., 2005, p. 143).

Nesse sentido, o presente artigo faz uma reflexão sobre os dados da pesquisa *in loco* argumentando sobre o pensamento e atitudes de trabalhadores e suas gestões, visto que “as pessoas são seres que estão vivendo, pensando e sentindo que trabalham na organização para atingirem a seus objetivos. As organizações existem para servir as pessoas, em lugar das pessoas existirem para servir às organizações” (DAVIS, NEWSTROM, 1992, p. 5).

Metodologia

Utilizou-se na pesquisa de campo um formulário com duas afirmações e uma pergunta.

As afirmações conduziram os entrevistados a refletirem sobre a intensidade do desconforto no trabalho e se eles sentem que estão contribuindo para o desenvolvimento da sociedade através de suas atividades laborais.

Quanto à questão, indagou-se sobre os motivos pelos quais as pessoas trabalham, sendo que esta exigiu uma resposta discursiva.

A entrevista foi elaborada para uma compreensão integral do fenômeno, buscando recolher dados para se estudar e se compreender a relação que se estabelece na

atualidade entre trabalhador e empresa/gestão, mapeando-se e fazendo uma leitura sustentável da região noroeste do Estado de São Paulo, no período de dezembro de 2010 a junho de 2011, contemplando as seguintes cidades: Araçatuba, Aurifloma, Birigui, Buritama, Pereira Barreto e São José do Rio Preto.

Para participar da pesquisa todos os entrevistados deveriam estar trabalhando e serem maiores de idade.

Os participantes, nas cidades que abrangeram a pesquisa, foram selecionados aleatoriamente, num total de 10 pessoas em cada município, não privilegiando nenhuma profissão, sendo assegurado o sigilo das informações coletadas.

Durante os trabalhos foram entrevistados um total de 60 (sessenta) profissionais, correspondendo igualmente a homens e mulheres com idades entre 19 anos e 76 anos, cujas profissões correspondem a: Administradores, Auxiliares Administrativos, Professores, Filósofos, Psicólogos, Esteticistas, Vendedores, Pedagogos, Psicopedagogos, Profissionais Rurais, Policiais Militares, do Lar, Motoristas, Seguranças, Prestadores de Serviços Domésticos, Pedreiros, Funcionários Públicos, Dentistas, Músicos e Secretários.

Para discussão dos dados coletados, este artigo utiliza os métodos: bibliográfico, com fontes de livros, revistas e artigos, através da técnica teórico-descritiva; de campo, com os dados da pesquisa; e, o método fenomenológico, que consiste na compreensão do mundo

através da consciência do sujeito que é expressa com base em suas experiências, portanto, tendo como objeto de estudo, o fenômeno em si, isto é, aqui, o discurso como é verbalizado e o seu significado para o entrevistado.

Em vista disto, entende-se que o adequado desenvolvimento do trabalho vai atentar ao seu objetivo, observando que as bibliografias expõem pontos sociais e culturais que contribuem justificando, explicitando e dando por fidedigno, os pensamentos da presente pesquisa oferecendo mais sustentação e compreensão, estando comprometidas com a totalidade do apresentado.

Resultados e discussão

Questionados a ofertar o seu ponto de vista sobre os motivos pelos quais as pessoas trabalham, vários níveis de ensino, os entrevistados apresentaram argumentação diversa, mas que se complementam.

Eles afirmam: “não sei”, “para sobreviver”, “sustento pessoal e de familiares”, “realizar objetivos pessoais e profissionais (adquirir dinheiro e bens tributáveis, possuir uma vida com qualidade e dignidade)”, “manter a si e a sociedade”, “relacionar-se” e “crescimento (em diversos âmbitos)”.

Para se compreender estas respostas e a emergência dos dados, note-se os Gráficos I (Meu trabalho me traz muito desconforto) e II (Com o meu trabalho, considero-me importante para o desenvolvimento da sociedade), que correspondem às afirmações.

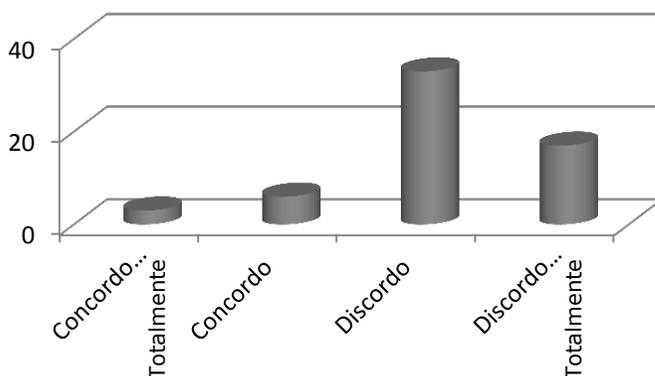


Gráfico I - Meu trabalho me traz muito desconforto

No Gráfico I, 70% dos entrevistados afirmam que as atividades laborais trazem algum tipo de desconforto explicitamente ou não, visto que a palavra *muito* regula tal porcentagem:

Seja explícito (Concordo Totalmente – 5%;
Concordo – 10%),
Seja implícito (Discordo – 55%).

Todavia, há parcelas; uma de 1,67%, que não respondeu, e a outra (Discordo Totalmente – 28,33%) que compreendem o seu ato de trabalhar e se sentem agradáveis com as funções.

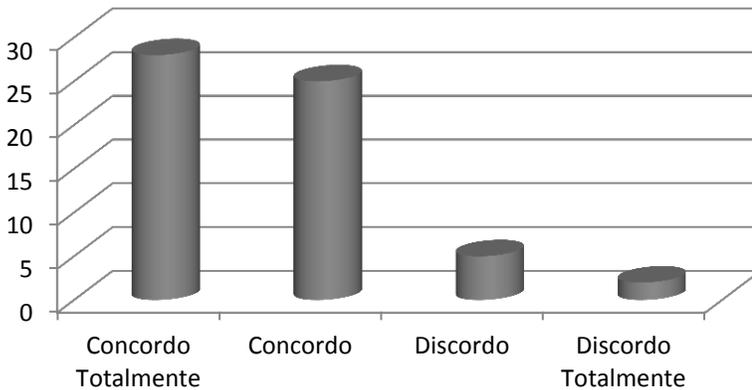


Gráfico II – Com o meu trabalho, considero-me importante para o desenvolvimento da sociedade.

Nos dados da representação gráfica acima, as pessoas ponderaram se as ações de seu trabalho lhes autopromovem; no pólo positivo há uma confirmação de 46,67% (Concordo Totalmente) e no pólo negativo 3,33% (Discordo Totalmente) sustentam que suas próprias condutas são inviáveis para o desenvolvimento social e em consequência impedindo seu próprio crescimento. Entretanto, observa-se que 50% (Concordo – 41,67%; Discordo – 8,33%) apresentam ressalvas, em dimensão subjetiva quanto ao seu papel aplicado na atividade social em ofício.

Complementar ao formulário de entrevista, para discussão dos dados apresentados em gráficos, houve registros baseados em técnicas psicológicas de observação fenomênica do comportamento, em que os entrevistados compartilharam seus pensamentos sociais e íntimos sobre o trabalho, expressando-se em diversas formas de linguagens.

Quanto ao sentido da linguagem humana Roberts diz:

A linguagem humana é bem mais do que apenas uma série de sons. [...] Com a linguagem, as idéias não são apenas nossas, elas se tornam propriedade comum. Ao usar a linguagem para dividir idéias, melhoramos o conhecimento e a cultura [...] Deixamos nossa marca no mundo, criando uma arte maravilhosa; [...] inventamos a agricultura e a engenharia para criar um novo mundo, construindo civilizações, mapeando e explorando o planeta; mecanizamos, urbanizamos e estendemos nosso domínio às estrelas. [...] Conforme as populações aumentam, as idéias são transmitidas cada vez a mais pessoas, assim há maior chance que alguma invenção, inovação seja selecionada e disseminada. As idéias possuem vida própria, competindo entre si, melhorando e proliferando. [...] Temos uma capacidade incomparável de colaborar uns com os outros, de se comunicar e entender o que os outros pensam e sentem [...] É veja onde estamos hoje, o que podemos construir com nossa tecnologia (ROBERTS, 2011, tradução nossa).

Nesse sentido, atentando-se aos objetivos do trabalho, pontua-se a existência de um alerta para os administradores e profissões correlatas. Indica-se a necessidade de se verificar o que ocorre singularmente nas gestões e em suas inadequações com os trabalhadores, pois as pessoas se consideram úteis e muito podem fornecer as instituições e à sociedade, mas

verifica-se uma falta de informações e/ou referências conflituosas frente à função de trabalhar (COIMBRA, 2011; RIBEIRO FILHO, 2010; ROSA, 2006).

Os resultados também são um demonstrativo de como as funções foram atribuídas aos ramos de trabalho evidenciando o papel reprodutivo das atividades. Os trabalhadores são vistos somente como força de trabalho, obrigados a executarem tarefas monótonas que os impedem de pensar, não compreendendo o sentido das mesmas, naturalizando a divisão do trabalho manual do intelectual, identificando-os como lugares do não saber e do saber, respectivamente (COIMBRA, 2011; RIBEIRO FILHO, 2010; ROSA, 2006).

Coimbra ainda diz:

Assim, esse sentimento de incompetência é ainda reforçado pelo saber que chega aos trabalhadores como algo totalmente fora do seu alcance: desconhecem como ele foi produzido e para que serve. Com isto, estão convencidos que todos aqueles que não tenham informações “competentes” e “científicas” não podem expressar suas opiniões, pois estão longe da “verdade” e, portanto, excluídos social, política e culturalmente. A divisão capitalista do trabalho, com sua separação entre trabalho manual e intelectual, colocando de lado os que executam e produzem, e de outro, os que decidem e gerenciam, é poderosa arma de dominação e exclusão. Esta dominação é necessária para que alguns discursos/práticas sejam assumidos como “melhores”, como “verdadeiros” (COIMBRA, 2011, p. 8).

Foucault (1996) enriqueceria tal análise falando das “instituições de sequestro”: uma série de estabelecimentos [...] nas quais nossa existência se encontra aprisionada. No correr do século XIX, esses estabelecimentos se multiplicam e têm como objetivos o sequestro e o controle de três funções: do tempo, do corpo e do saber dos sujeitos a eles submetidos (COIMBRA, 2011, p. 6).

Os colaboradores, devendo entendê-los como agentes, vêem o trabalho como obrigação e se o desconforto excessivo existe, então há consequências subjetivas e objetivas em diversos campos de atuação desses agentes (DAVIS; WERTHER, 1983; WATERMAN, 1995). Com isso, a satisfação no cargo está relacionada ao desempenho, o que lembra Smith: “Descobrimos há muito tempo que a satisfação dos clientes começa realmente com a satisfação dos funcionários” (WATERMAN, 1995, p. 53).

Em vista disso, a *Gestão com Pessoas* deve conhecer e entender antes as pessoas para obter seus melhores serviços lhe propondo condições para tal, isto é, desenvolvendo suas habilidades e competências, oportunizando o autodesempenho, garantindo, por fim, que se comprometam com os objetivos da organização. Todavia, para essa gestão a ser construída, é necessário o planejamento (CARVALHO, 1989). “Planejar é dar corpo às ideias e aos propósitos, de modo a localizar, identificar e estruturar as atividades que nos levarão à consecução de determinados objetivos” (CARVALHO, 1989, p. 42).

Para esse planejamento é preciso, inicialmente, reconhecer o outro; outro singular que possui diferentes papéis em sistemas sociais de muitas organizações, que é mais do que um fator de produção, é também criativo e influenciador possuindo conhecimentos, atitudes, habilidades e diversas competências (DAVIS; NEWSTROM, 1992; KOONTZ; O'DONNELL; WEHRICH, 1988; RIBEIRO FILHO, 2010).

Os empregados pertencem a muitas outras organizações do que aquela do seu empregador e eles desempenham muitos papéis dentro e fora da firma. Se a pessoa como um todo pode ser desenvolvida, então os benefícios se estenderão para além da empresa na sociedade na qual o empregado vive [num ondeante *continuum*] (DAVIS; NEWSTROM, 1992, p. 10).

Como se vê, é de natureza humana, o fator que contribui decisivamente para o aumento da produtividade. Esta pode ser caracterizada como sendo, antes de mais nada, “a mentalidade do progresso, do aperfeiçoamento constante. É a vontade de não se contentar com a situação atual, por melhor que possa parecer ou seja na realidade; é o esforço contínuo para aplicar novas técnicas e novos métodos” (CARVALHO, 1989, p. 65).

Considerações Finais

“Qual o objetivo de seu trabalho?” – esta é uma indagação que poucos trabalhadores possuem anuência para explorar possibilidades de respostas, no entanto, é uma reflexão que favorece a gestão de pessoas a ser com

pessoas, criando qualidade e ambiente produtivo com melhoria contínua e otimizada, porém a realidade exposta na pesquisa *in loco* complementada pela bibliográfica é a imitação de funções.

De modo geral, afirma-se que o ambiente organizacional nutre a sutil idéia de que o trabalho é algo que não deve ser compreendido, pois cada funcionário deve ir trabalhar e tentar compreender (o que não lhe é permitido entender); assim, isto faz com que ele trabalhe, execute ações e tenha a sua frustrante ocupação na sistemática organizacional. Ao final do dia, continuando a possuir informações que não entende, a probabilidade é maior de ocorrer uma estabilidade no emprego. Na reprodução de atividades, crê-se apenas que a incompreensão gera uma manutenção do cargo e que essa fantasia de conservação é proveitosa. Pensa-se exclusivamente no cargo; excluem-se as atitudes (RIBEIRO FILHO, 2010, p. 2).

“O novo desafio que marcará o século XXI é como inventar e difundir uma nova organização, capaz de elevar a qualidade de vida do trabalho, fazendo alavanca sobre a força silenciosa do desejo de felicidade” (MASI, 2000, p. 330 apud VASCONCELOS, 2001, p. 34); um desejo que também é uma ferramenta contextualizadora que aperfeiçoa reciprocamente (individual-coletivo) as relações de trabalho (além das sociais e pessoais), pois os agentes são uma produção histórica, emergidos de pragmaticidades (RIBEIRO FILHO, 2010; CARVALHO, 1989; COIMBRA, 2011).

À vista disso, o presente trabalho pode ser uma semente para fertilidade científica e pragmática na

temática, aprimorando as compreensões quanto ao eixo pessoas.

Referências

BASTA, D.; MARCHESINI, F. R. A.; OLIVEIRA, J. A. F. de; SÁ, L. C. S. de. **Fundamentos de marketing**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CARVALHO, A. V. **Recursos humanos: desafios e estratégias**. São Paulo: Pioneira, 1989.

COIMBRA, C. M. B. **Psicologia e política: a produção de verdades competentes**. Disponível em: <88TTP://www.slab.uff.br/textos/texto67.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica**. São Paulo: Pioneira, 1992. v. 1.

DAVIS, K.; WERTHER, W. B. **Administração de pessoal e recursos humanos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

GHOSHAL, S. A empresa individualizada. **HSM Management**, v. 14, n. 3, maio/jun. 1999. Disponível em: <85TTP://www.perspectivas.com.br/empada.htm> Acesso em: 20 abr. 2011.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C.; WEIHRICH, H.
Administração e recursos humanos: desenvolvimento
de administradores. São Paulo: Pioneira, 1988. v. 3.

PFEFFER, J. **Vantagem competitiva através de**
peessoas. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIBEIRO FILHO, J. M. Ita missa est: a senha do
desenvolvimento empresarial. **Tribuna Regional**, 14
ago. 2010, p. 2.

ROBERTS, A. **Origins of us**. Westminster: British
Broadcasting Corporation – BBC, 2011. DVD.

ROSA, M. I. Dossiê: trabalho, subjetividade, política.
Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 6, n. 11, p.
131-138, 2006.

ULRICH, D. **Os campeões de recursos humanos:**
inovando para obter os melhores resultados. São Paulo:
Futura, 1998.

VASCONCELOS, A. F. Qualidade de vida no trabalho:
origem, evolução e perspectivas. **Caderno de Pesquisas**
em Administração, São Paulo, v. 8, n. 1, 2001.
Disponível em: <89TTP://www.ead.fea.usp.br/cad-
pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>. Acesso em: 20 nov.
2011.

WATERMAN, R. H. **O que a América faz certo:**
aprendendo com as empresas que colocam as pessoas em
primeiro lugar. São Paulo: Pioneira, 1995.

Regime de substituição tributária do ICMS

Ricardo da Silva BARBOZA ¹
Sandro Roberto de SOUZA ²

Resumo

Atualmente existe muita discussão no Brasil diante o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS, imposto de competência estadual e o maior tributo brasileiro em volume de arrecadação. Pela própria estrutura da substituição tributaria, vê-se logo que pode existir um descompasso entre a base de calculo do ICMS recolhido antecipadamente e o preço real da mercadoria oferecida ao consumidor final. Constitui-se objeto desta pesquisa, a responsabilidade pelo ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) devido nas operações ou prestações de serviços e atribuições a outros contribuintes.

Palavras-chave: ICMS. Contribuinte. Substituição Tributária.

(1) Graduando em Ciências Contábeis (2011) nas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU/PB, ricardoobjetivo@hotmail.com

(2) Graduando em Ciências Contábeis (2011) nas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU/PB, sandrocpa1011@hotmail.com

1 Introdução

A pesquisa tem como escopo discorrer sobre alguns aspectos pertinentes ao instituto da substituição tributária no ICMS, sobretudo no que se refere às espécies de substituição tributária, as mercadorias sujeitas e a base de cálculo do imposto.

A Substituição Tributária pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido, em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a substituição tributária no ICMS é a transferência, feita com base em expressa previsão normativa, da responsabilidade pelo recolhimento do imposto incidente sobre um ou mais fatos geradores passados, presentes ou futuros, da pessoa ou das pessoas que diretamente promovem tais operações de circulação de mercadorias e bens, ou prestações de serviço abrangidas pelo regime, para um terceiro que, embora vinculado a tais eventos, não lhes tenham pessoalmente dado causa.

Dentre as modalidades existentes, as mais frequentemente encontradas na legislação do ICMS são: a substituição tributária progressiva, também conhecida por “subsequente” ou “para frente”, e a regressiva, ou “para trás”, abrangendo, respectivamente, fatos geradores futuros e fatos geradores passados.

A substituição tributária visa combater a sonegação, racionalizar a fiscalização e antecipar o recolhimento do imposto e não apenas dar maior garantia ao crédito. O ICMS está sendo exigido antes mesmo da ocorrência da operação mercantil. Na verdade, por meio do valor agregado à base de cálculo e com base no fato gerador presumido, o imposto está sendo cobrado de toda a cadeia comercial até o consumidor final, atribuindo a um terceiro a responsabilidade pelo recolhimento do tributo. O Poder Público tem o dever de arrecadar impostos de forma eficaz e racional.

A Administração Pública é obrigada a obedecer a inúmeros princípios constitucionais, entre os quais podemos citar: a moralidade, a supremacia do interesse público sobre o particular, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade, a eficiência, a autotutela, a finalidade, a razoabilidade e a continuidade do serviço público.

Dentre as tentativas de simplificação do mecanismo de arrecadação dos impostos, de torná-lo mais eficiente, destacamos a substituição tributária. Através desse regime, o Fisco recebe o valor não diretamente do contribuinte, que pratica o fato gerador concreto descrito na hipótese de incidência, mas de um terceiro, a quem a lei determina a responsabilidade pelo recolhimento de tributo alheio.

2 Espécies de substituição tributária do ICMS

Dentre as modalidades existentes temos: a substituição tributária progressiva, também conhecida

por “subsequente” ou “para frente”, e a regressiva, ou “para trás”, que ao abrangerem, respectivamente, fatos geradores futuros e fatos geradores passados, são as mais frequentemente encontradas na legislação do ICMS, e referenciadas na sequência.

2.1 Sobre as mercadorias

Conforme com a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), cada UF (Unidade da Federação) pode definir ao contribuinte a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido nas operações ou prestações, que podem ser: Antecedentes (para trás), Concomitantes ou Subsequentes (para frente).

2.2 Operações anteriores/regressiva

Quando a lei atribui ao adquirente de um determinado produto ou serviço a responsabilidade pelo pagamento do tributo devido na operação anterior ou operações anteriores, ou seja, acontece o fenômeno do diferimento (adiamento do recolhimento do tributo).

Exemplo: um produtor de laranja *in natura* vende seu produto a uma indústria de suco, de modo que recolherá o ICMS diferido, conforme o artigo 13, XXXIV e 628, § 3, I do Decreto 14.876/91.

2.3 Operações subsequentes/para frente

Uma terceira pessoa (responsável) recolhe o tributo devido pelo contribuinte substituído, em um dado momento, quando o respectivo fato gerador concreto ainda está para ocorrer. Deste modo, o tributo antecipado

é determinado sob a presunção de ocorrência de elementos que deverão surgir com a deflagração futura do fato jurídico-tributário.

Exemplo: uma indústria vende um produto a um comerciante e este revende a mercadoria para o consumidor final, de modo que a indústria recolherá o ICMS devido ao comerciante da revenda da mercadoria para um consumidor final.

2.4 Operações concomitantes

Esta espécie de substituição tributária caracteriza-se pela atribuição da responsabilidade pelo pagamento do imposto a outro contribuinte, e não àquele que esteja realizando a operação ou prestação de serviço. Nesta espécie se encontra a substituição tributária dos serviços de transportes de cargas.

Exemplo: O contribuinte do Estado de São Paulo contrata um transportador autônomo cujo ICMS relativo ao frete será recolhido pelo contribuinte desse Estado na qualidade de responsável (art. 58, XXIII, Decreto 14.876/91).

3 Contribuintes responsáveis pela substituição tributária

A responsabilidade pelo recolhimento do ICMS nas operações e serviços realizados, nos quais há incidência da substituição tributária, decorrerá da lei e poderá ser atribuída a um sujeito que não pratica o fato gerador do imposto-contribuinte substituto ou a uma

pessoa não envolvida diretamente com o fato gerador, mas que mantém com o substituto uma relação que lhe permita a compensação da substituição.

3.1 Contribuinte substituto

O contribuinte substituto é o responsável pela retenção e recolhimento do imposto incidente em operações ou prestações antecedentes, concomitantes ou subseqüentes. O substituto (industrial ou comerciante), o que adquire mercadoria de outro comerciante (geralmente pequeno produtor rural), que normalmente não tem escrita contábil e é substituído pelo industrial ou comerciante que se responsabiliza pelo pagamento do tributo devido pelo substituído. É aquele a quem por força de lei, é imputada a responsabilidade de reter e recolher o imposto relativo ao fato gerador praticado por terceiros

3.2 Contribuinte substituído

É aquele cuja Lei designa como realizador da hipótese do fato gerador, mas a responsabilidade pelo recolhimento do tributo é atribuída a terceiro, por isso a denominação substituída.

No entanto, o contribuinte que receber, de dentro ou de fora do Estado, mercadoria sujeita à substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção total na operação anterior, fica solidariamente responsável pelo recolhimento do imposto que deveria ter sido retido, conforme artigo 58, § 2º e 3º, do Decreto 14.876/91.

4 Aplicabilidade da Substituição Tributária

Aplica-se nas operações internas e interestaduais em relação às operações subseqüentes a serem realizadas pelos contribuintes substituídos.

Não se aplica a substituição tributária:

- a) às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição da mesma mercadoria;
- b) transferência para outro estabelecimento exceto varejista, do sujeito passivo por substituição; na saída para consumidor final, salvo se a operação for interestadual e o destinatário contribuinte do ICMS;
- c) operação que destinar mercadoria para utilização em processo de industrialização.

5 Mercadorias sujeitas a Substituição Tributária

São mercadorias determinadas por Convênios/ Protocolos subscritos por todos os Estados e/ou por uma maioria tais como: fumo; tintas e vernizes; motocicletas; automóveis; pneumáticos; cervejas, refrigerantes, chope, água e gelo; cimento; combustíveis e lubrificantes; material elétrico.

6 Base do Cálculo da Substituição Tributária

A Lei Complementar nº 87/96 em seu artigo 8º, ao tratar do regime de sujeição passiva por substituição, determina que a base de cálculo seja o valor correspondente ao preço de venda a consumidor

acrescido do valor do frete, IPI e demais despesas debitadas ao estabelecimento destinatário, bem como a parcela resultante da aplicação (sobre esse total) do percentual de valor agregado (margem de lucro), esse percentual é estabelecido em cada caso de acordo com as peculiaridades de cada mercadoria:

$$BC = (\text{valor mercadoria} + \text{frete} + \text{IPI} + \text{outras despesas}) \times \text{margem de lucro.}$$

7 Cálculos da substituição Tributária

Supondo, por exemplo, uma mercadoria com valor de R\$ 1,00, com origem no estado do Rio de Janeiro, e que vá ser vendida em São Paulo. Se sob essa operação incidir substituição tributária na cobrança do ICMS, o governo estipulará uma pauta (isto é, um valor presumido de revenda - por exemplo, R\$ 2,00). Supondo que sob a operação interestadual entre SP e RJ incida uma alíquota de ICMS de 12%, e a alíquota interna seja de 18%, o total de ICMS será calculado da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} \text{Total-ICMS} &= \text{Valor-de-venda} * \text{ICMS Interestadual} \\ &+ \text{Valor-da-pauta} * \text{ICMS interno} \end{aligned}$$

No exemplo verificado neste estudo, os números são os seguintes:

$$\text{Total-ICMS Normal} = (\text{R}\$1,00 * 12\%) = 0,12$$

$$\text{Total-ICMS Substituição} = (\text{R}\$2,00 * 18\%) = 0,36$$

Como o ICMS é calculado como um débito e crédito ficando assim o valor recolhido:

$$0,36 - (0,12) = \text{R}\$ 0,24$$

O ICMS Substituído se deduz do ICMS pago Normalmente. Esse valor seria lançado na Nota Fiscal, e cobrado do cliente por duplicata.

Caso o emissor da Nota Fiscal não pague o ICMS (R\$ 0,12) no prazo, ele será tachado de inadimplente. Caso ele não pague o ICMS substitutivo (R\$ 0,24) no prazo, além de inadimplente, ele será processado como depositário infiel, estando seus responsáveis sujeitos até a prisão (hoje em dia não estão mais sujeitos a prisão devido o *Pacto de San José da Costa Rica* - adotado pelo Brasil e que manteve como única forma de prisão civil somente àquela correspondente ao devedor de pensão alimentícia). A responsabilidade do emissor independe da solvência do seu cliente, ou seja, ele será considerado depositário infiel ainda que seu cliente não tenha pago a nota emitida.

8 Considerações finais

A substituição tributária visa combater a sonegação, racionalizar a fiscalização e antecipar o recolhimento do imposto e não apenas dar maior garantia ao crédito. O ICMS está sendo exigido antes mesmo da ocorrência da operação mercantil. Na verdade por meio do valor agregado à base de cálculo e com base no fato gerador presumido, o imposto está sendo cobrado de toda a cadeia comercial até o consumidor final, atribuindo a um terceiro a responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

Muitas empresas adotam meios de sonegar impostos, por este fato os Estados vêm aderindo ao sistema de substituição tributária do ICMS com o

objetivo de diminuir a sonegação fiscal e reduzir os gastos com a fiscalização nas empresas, além, é claro, de antecipar a arrecadação desta importante receita gerada por este imposto.

Por outro lado, para o contribuinte o regime não é muito atrativo. No caso do ICMS, por exemplo, o comerciante compra a mercadoria que é substituição tributária, e o imposto, que seria pago em operações subsequentes com a venda da mercadoria pelo regime de substituição, tem que ser pago no ato da compra.

Referências

ARAÚJO, Aldemário de. **Sistema tributário**. Brasília, 1999. Disponível em:
<<http://www.aldemario.adv.br/leicomp.htm>>. Acesso em: 09 set. 2012.

BRASIL. Receita Federal. **Guia prático da escrituração fiscal digital – EFD**. Disponível em:
<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-fiscal/download/Guia_Pratico_da_EFD.pdf>. Acesso em: 09 set. 2012. (Guia prático EFD – versão 1.0.3. Última atualização 23 de dezembro de 2008).

BRASIL. Secretaria da Fazenda. **Nota Fiscal eletrônica**. Disponível em:
<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>>. Acesso em: 09 set. 2012.

BRASIL. Receita Federal. **Programa Sped contábil para Windows**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped/Download/Pr ogSpedwindows.htm>>. Acesso em: 09 set 2012.

JORGE, Ricardo Sizílio; COUTINHO FILHO, Fernando Batista; THEÓPHILO, Carlos Renato. Os reflexos da substituição tributária antecipada nas empresas do segmento de autopeças de Montes Claros. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP, 4, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em:

<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/an _resumo.asp?con=2&cod_trabalho=539> Acesso em: 23 jun. 2012.

PARANÁ (Estado). **Sped - Sistema público de escrituração digital**. Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2012.

PARANÁ (Estado). **Unidades de Atendimento no Estado – JUCEPAR**. Disponível em:

<<http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=303>>. Acesso em: 09 set. 2012.

JULBERTO JUNIOR, José. **ICMS substituição tributária**: uma visão crítica. Curitiba: Juruá, 2001. p. 142.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto Lei nº 14.876, de 12 de Março de 1991. - Regulamento do ICMS (Índices Sistemático e Remissivo, Texto e seus Anexos). **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Pernambuco,/PE, 13 mar. 1991, Seção I.

PERNAMBUCO. Lei nº 11.408, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece normas referentes ao ICMS, com base na Lei Complementar nº 87/96. **Diário Oficial do Estado**, Poder executivo, Pernambuco,/PE, 21 dez. 1996, Seção I.

SÃO PAULO. (Estado). Decreto Lei nº 48.042, de 21 de agosto de 2003. - Regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - RICMS. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo/SP. 22 ago. 2003, Seção I, p. 113.

SÃO PAULO. (Estado). Decreto Lei nº 52.942, de 29 de abril de 2008. - Disciplina o recolhimento de ICMS relativo ao estoque de produtos da indústria alimentícia e de materiais de construção e congêneres recebidos antes do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária. **Diário Oficial do Estado**, Poder executivo, São Paulo/SP. 30 abr. 2008, Seção I.

SÃO PAULO. (Estado). Portaria CAT nº 128, de 27 de dezembro de 2007. Divulga relação de mercadorias e preço final ao consumidor para fins de base de cálculo do ICMS na saída de bebida alcoólica, exceto cerveja e chope, a que se refere o artigo 313-D do Regulamento do ICMS, conforme pesquisa de preços. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, São Paulo, 28 dez. 2007, Seção I.

Uma forma de controle dos gastos no transporte de alunos da rede municipal de ensino

Francisco Antonio de LIMA ¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é oferecer subsídios para o acompanhamento dos gastos efetuados pelo município, no desenvolvimento de ações e o planejamento de políticas públicas, que garantam a melhoria na qualidade, principalmente do transporte escolar. Os demonstrativos servirão para que o gestor apure e distribua os custos mensais (combustível e manutenção dos veículos), por rota de transporte, por alunos e os respectivos cursos da rede do ensino municipal, e ainda, auxiliar o departamento competente nos registros da contabilização dos valores referente às despesas realizadas, que atendam os centros de custo: ensino fundamental, ensino infantil, pré-escola, ensino técnico e profissionalizante, etc. Este controle pode evitar futuramente os apontamentos dos técnicos auditores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contribuindo, assim, para a transparência das contas públicas e o fornecimento de informações de melhor qualidade.

(1) Prof. nas Faculdades Integradas Rui Barbosa/FIRB, Andradina e Faculdades Integradas Urubupungá/FIU, Pereira Barreto. Pós-graduando em Gestão de Pessoas e Finanças (2012), FIRB, Andradina, SP, professorperito@hotmail.com

Palavras-chave: Gestão Pública. Centro de Custos. Transporte de Alunos.

1 Introdução

Muitos são os municípios que lutam pelo aprimoramento das contas públicas. Uma das lutas se refere ao transporte de alunos, para garantir o acesso e a permanência dos mesmos nas escolas da educação pública municipal, principalmente os residentes em área rural, por meio de assistência financeira, contribuindo assim, para a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

A finalidade deste trabalho é fornecer subsídios que possam melhorar e aprimorar o controle, de forma eficiente na aplicação dos meios pecuniários para o custeio do transporte escolar, que são originários de recursos próprio municipal, federal e estadual, obedecendo à legislação vigente e tendo base o censo escolar, independentemente das matrículas atuais serem superiores ao censo escolar do ano anterior.

Um controle mais efetivo, certamente evitará os apontamentos pelos técnicos auditores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo absolutamente necessário, por tratar-se de dinheiro público.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a criação e o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno é uma exigência constitucional, e não uma opção, conforme apresenta o artigo 31: “A fiscalização do município será exercida pelo poder Legislativo

Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do poder Executivo Municipal, e na forma da lei”.

Este controle se completa com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios ou dos Conselhos, onde houver, sendo ainda o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, e que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Conforme se observa, é fixada a competência dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver, sendo vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou Órgãos de Contas Municipais, deixando claro que é válido para os existentes. Porém, não podemos ignorar o artigo 31 da Constituição Federal, mais precisamente o parágrafo 3º. com a seguinte disposição “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”. Dessa forma, a participação da população é parte necessária nesse processo de controle por se tratar de dinheiro público e de administração pública. O administrador deve prestar conta, aos controles, à União e principalmente ao povo.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, já mencionava o Controle Interno nos seus artigos 75 a 80, estabelecendo regras no controle da Execução Orçamentária, definindo o Controle Interno como um órgão fiscalizador e sua obrigatoriedade sem a definição das penalidades pelo não cumprimento da legislação

específica. As punições surgiram através da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, que prevê penas para o descumprimento da Constituição Federal e Leis Complementares, definindo multas para os agentes infratores e delegando poderes ao Tribunal de Contas para julgar as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas.

O Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 com redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, que dispõe sobre o sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, ressaltando a obrigatoriedade de implantação de um órgão de Auditoria Interna nas entidades da Administração Indireta, com o respectivo suporte de recursos humanos e materiais, cujo objetivo é fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle (MANUAL DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL, 2003).

O círculo se completa com a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, mais precisamente a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece a obrigatoriedade do órgão de Controle Interno, delegando poderes ao Tribunal de Contas para responsabilizar e punir os administradores que descumprirem a lei. Requer ainda o equilíbrio das contas públicas e a correta inscrição em restos a pagar, ou seja: estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Segundo Souza (2006), o sistema de Controle Interno deve ser criado e estruturado para gerar informações gerenciais, aptas a dar segurança e estabilidade ao gestor público. Nesse sentido, o gestor público deve estar compromissado e dar todo o suporte técnico e estrutura patrimonial para o funcionamento do controle e consequente obtenção dos resultados positivos.

2 A origem do transporte de alunos

O Transporte de alunos na rede pública se deu em decorrência do aumento dos alunos residentes em área rural, sendo a distância das residências e a falta de salas de aulas fatores fundamentais para atender os ditames da legislação.

Na carta magna, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, mais precisamente na Seção I da Educação, art. 208, “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A LDBN/Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes e bases da educação, seus princípios e fins, os direitos a educação e do dever de educar. No seu artigo 11, determinou aos municípios, principalmente no inciso VI a incumbência dos

municípios de “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal”.

Em atendimento à Constituição Federal (1988), o governo federal criou através da Lei nº 10.080, de 9 de junho de 2004, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com objetivo de garantir o acesso à educação nos termos da Resolução nº 12 de 17 de março de 2011 do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Conselho Deliberativo, que estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros do PNATE.

Da mesma forma, a Constituição do Estado de São Paulo, criada em 05 de outubro de 1989, estabelece no Capítulo III, Seção I, as garantias à Educação, à Cultura e ao Esporte e Lazer, mais precisamente no artigo 250 – “O Poder Público responsabilizar-se-á pela manutenção e expansão do ensino médio, público e gratuito, inclusive para jovens e adultos que, na idade própria não tiveram acesso, tomado às providências para universalizá-lo”.

O Decreto Lei nº 48.631 de 11 de maio de 2004 que autoriza a Secretaria de Educação, representante do Estado, celebrar convênio para auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino, tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do

transporte de alunos da rede, residentes em locais fora da área de abrangência da escola onde estão matriculados, prioritariamente dos que residem em áreas rurais ou de difícil acesso, conforme Plano de Trabalho que integra o presente termo de convênio e regulamentado através das Resoluções nº 27 e 28 da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Os Municípios têm seus programas e respectivos valores definidos de acordo com seus programas de governo, as respectivas ações, objetivos e metas descritas na lei que originou o Plano Plurianual para o quadriênio, com base nas normas constitucionais que, deverá prever recursos para os gastos decorrentes das Despesas Correntes e Despesas de Capital, que se destinam à manutenção e a operação desses investimentos.

Com esta lei os governos municipais têm o instrumento necessário para dar transparência daquilo que pretendem realizar em termos de programas, ações no quadriênio, ou seja, para o período de quatro anos, de forma que sua vigência seja até o final do primeiro exercício do mandato do Prefeito subsequente.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que mostra a previsão programática específica para as políticas de pessoal que aumentam a despesa pública, que prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, prescreve critérios para concessão de auxílios/subvenções/contribuições e outros repasses a entidades do terceiro setor, assim como os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.

E também, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício, consta discriminação da receita por fontes e despesa por funções do Governo, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. A aplicação desses princípios é da maior importância, principalmente nos três primeiros exercícios financeiros porque estão relacionados com a transparência orçamentária.

3 A operacionalidade no transporte de alunos da rede pública municipal.

Primeiramente, é necessário esclarecer que existem duas formas para a execução do serviço de transporte de alunos, a primeira quando realizada por empresa terceirizada, e motivado pela falta de veículos, a segunda quando executado com veículos da própria municipalidade. No caso do transporte com veículos do município, além do custo das viagens é necessário o controle da manutenção realizada nos veículos quando necessário.

3.1 Serviço de Transporte Terceirizado de Alunos

Quando o serviço é terceirizado ou realizado pelo próprio município, o processo inicia-se através de requerimento da Secretaria e ou Setor Municipal de Educação ao Prefeito Municipal, indicando da necessidade na contratação com as devidas justificativas, indicando os trajetos, as rotas e/ou percursos, com as respectivas quilometragens para abertura do processo

licitatório, nos termos da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

A empresa vencedora do certame ao final de cada mês emite a nota fiscal para recebimento pelo serviço prestado. Como exemplo, vamos supor que o serviço prestado resultou no valor de R\$3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais), sendo então, e rotineiramente contabilizado no centro de custo denominado Transporte Escolar, classificado em Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas, código 3.3.90.39e a aplicação de acordo com a origem do recurso; Federal, Estadual ou Municipal. Ocorre, neste caso, que o serviço é prestado por viagens realizadas e a respectiva quilometragem percorrida, deixando de ser observado o número de alunos transportados.

3.2 Serviço de transporte de alunos pelo município

Quando o serviço é praticado pela própria municipalidade, as despesas geradas por veículo que realizou o transporte são denominadas despesas de Combustíveis e Lubrificantes, nos registros contábeis: Material de Consumo e Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, para atender a manutenção dos veículos.

Em geral as despesas com Combustíveis e Lubrificantes são licitadas e os Materiais de Consumo e Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, não são pela falta de planejamento e controle. Para uma definição mais efetiva, simulando a título de exemplo que tenha ocorrido as seguintes despesas e seus respectivos valores, em um determinado mês:

Combustíveis e Lubrificantes..... R\$ 9.000,00
Material de Consumo..... R\$ 5.000,00,
e Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.. R\$ 2.000,00.

Cada fornecedor emite sua nota fiscal, para comprovação e recebimento pelo serviço prestado no transporte de alunos, no fornecimento das mercadorias utilizadas na manutenção dos veículos, sendo contabilizados simplesmente nas respectivas contas contábeis, sem levar em conta o custo conforme percurso realizado no respectivo mês e também os passageiros transportados, gerando assim uma alocação dos recursos de forma distorcida conforme será demonstrado, não expressando a realidade dos serviços efetivamente realizados e o respectivo centro de custos.

4 A Proposta de Operação pela distribuição dos Alunos Transportados nos respectivos “Centro de Custos”

Para um melhor entendimento, é necessário observar as duas formas existentes de distribuição dos alunos transportados: uma terceirizada, e outra realizada pela própria municipalidade que facilita o desenvolvimento do controle, onde será aplicado o método de custeio direto; como instrumento de controle de planejamento e de avaliação de desempenho por se tratar de órgão público, que impede na aplicação de outros métodos aplicáveis nas empresas privadas.

4.1 Serviço de Transporte Terceirizados de Alunos

Para o desenvolvimento, é necessário saber que se trata de um veículo com capacidade para 40 alunos, sendo: 18 alunos do ensino fundamental, 10 alunos do ensino infantil e 12 alunos da rede de ensino estadual.

A rota compreende 420 km percorridos no mês, sendo o custo de R\$ 8,00 totalizando R\$ 3.360,00.

Vejamos então como alocar os custos e os respectivos valores, tendo em vista a terceirização do serviço realizado:

Valor total do Serviço Prestado = R\$ 3.360,00

Total de Alunos Transportados = 40

Custo unitário = R\$ 84,00

Apurado o custo unitário, fica assim distribuídos:

Ensino Fundamental Municipal =

18 x R\$ 84,00 = R\$ 1.512,00

Ensino Infantil Municipal =

10 x R\$ 84,00 = R\$ 840,00

Ensino Estadual =

12 x R\$ 84,00 = R\$ 1.008,00

Nessa simulação, verifica-se que a capacidade de lotação do veículo está sendo utilizada na sua totalidade por alunos, porém, ocorre frequentemente, nas respectivas viagens que esta capacidade de assentos não é utilizada por todos os alunos, sendo ocupados por

pessoas não vinculadas ao magistério, os chamados caronas. Assim sendo, esse controle irá identificar e excluir os valores do ensino, contabilizando esse custo no setor de serviços públicos e ou equivalente, de acordo com a estrutura do plano de contas que a unidade pública municipal adota.

4.2 Serviço de Transporte de Alunos pelo Município

No caso da utilização dos veículos da própria municipalidade, a situação é um tanto diferente em relação ao serviço terceirizado, haja vista que os veículos do município são utilizados para transporte de outras pessoas em diferentes rotas e ou percursos, portanto merece um maior cuidado na contabilização em seus centros de custos. Vejamos como se apresenta tendo por base as despesas anteriormente apresentadas, para as despesas realizadas com:

- a) combustíveis e lubrificante R\$ 9.000,00,
- b) material de consumo no valor de R\$ 5.000,00 e
- c) serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00.

Observa-se que as despesas correspondem ao período de 30 dias, e o relatório de controle do veículo indica percurso mensal com total de 400 km, sendo que a média de consumo é de três quilômetros por um litro de óleo diesel, no valor hipotético de R\$ 2,00. A rota do transporte de alunos é de 320 quilômetros mensais que divididos por 20 dias letivos resulta em 16 km por dia compreendendo à média diária de consumo de 5,333 km, sendo multiplicado pelo preço do óleo diesel resultando em R\$ 10,67, devendo ser assim distribuídos e contabilizados, observando que são: 15 alunos do ensino

fundamental, 5 alunos do ensino infantil e 10 alunos da rede de ensino estadual, da seguinte forma :

Despesa com combustíveis e lubrificantes = R\$ 9.000,00.

Ensino Fundamental Municipal

$$15 \times \text{R\$ } 10,67 \times 20 \text{ dias} = \text{R\$ } 853,33$$

Ensino Infantil Municipal

$$05 \times \text{R\$ } 10,67 \times 20 \text{ dias} = \text{R\$ } 3.200,00$$

Ensino Estadual

$$10 \times \text{R\$ } 10,67 \times 20 \text{ dias} = \text{R\$ } 2.133,33$$

Serviços Públicos (*) = R\$ 2.813,33

(*) Trata-se da diferença os valores atribuídos de acordo com os alunos transportados que totalizaram R\$ 6.186,67, deduzido do valor total de nota fiscal, resulta em R\$ 2.813,33 proveniente de outras viagens realizadas por esse veículo, que no modo tradicional de apurar o custo recai na totalidade nos recursos do transporte de alunos, o que não é verdade.

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi a de subsidiar e demonstrar as particularidades que possam facilitar o trabalho na alocação dos custos do transporte de alunos na rede municipal de forma a buscar melhor integração entre esse sistema e a contabilidade governamental da entidade.

A falta de gerenciamento no controle da efetivação nos custos operacionais, assim como a carência de informação para a contabilidade, tem ocasionado essas discordâncias e provocado constantes apontamentos pelos técnicos dos Tribunais de Contas, com base nas contas apresentadas pelos gestores quando do encerramento do exercício e conforme estabelece a legislação.

A existência de problemas operacionais como está observado, a falta de informações que não são geradas pela contabilidade e por serem de caráter gerencial é fato complicador para a efetivação e apuração dos custos através dos métodos mais apropriados de acordo com cada uma das particularidades que a situação requer.

Melhoria nos resultados vai depender muito da qualidade técnica e das informações dos membros do Controle Interno, associado à carga horária dedicada ao trabalho das verificações contínuas. Dependerá também do nível de credibilidade que esse Controle Interno deverá conquistar no desenrolar de suas atividades, identificando as irregularidades que poderão sofrer apontamentos pelo Tribunal de Contas.

O tema está longe de se esgotar, e o presente trabalho objetiva abrir caminhos para melhorias na Gestão de Custos na Administração Pública, no trato de novas formas de gerenciamento.

Referências

ALVES, Bendito Antonio et al. **Lei de responsabilidade fiscal comentada e anotada**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

BRASIL. **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2001.

BRASIL. **Lei de diretrizes e base da educação nacional**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

MACHADO JUNIOR, José Teixeira ; REIS, Heraldo da Costa. **A lei 4.320 comentada**. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

REIS, Heraldo da Costa. **Princípios fundamentais de contabilidade (Resolução nº 750, do CFC) e a Lei 4.320/64**. Rio de Janeiro: IBAM, 1995.

SOUZA, Jorge Bento de. **Controle interno municipal: uma abordagem prática**. Porto Alegre: Avangraf, 2006.

VIGNOLI, H. (Coord.). **A Lei de responsabilidade fiscal comentada para municípios**. São Paulo: FGV/EAEST, 2002.

Logística Reversa: o retorno de resíduos ao ciclo produtivo e o ganho de imagem corporativa e da vantagem competitiva*

Hígor José Lopes de LIMA¹
Isadora Keiko KOBAYAKUA²

Resumo: A logística reversa é a área da logística que trata do retorno de produtos ou resíduos ao ciclo produtivo. Neste estudo é discutida sua importância junto com a sustentabilidade, buscando refletir quais são os benefícios gerados às empresas em relação à minimização dos impactos causados ao meio ambiente, a redução de custos e aumento da rentabilidade. Ainda é tratado no estudo o papel do marketing ambiental associado à logística reversa, sua agregação de valor ao produto ou serviço prestado, proporcionando ganhos de imagem à empresa e maior competitividade no mercado. A pesquisa foi desenvolvida na “Peixaria do Alcides” localizada no município de Santa Fé do Sul (SP), com o objetivo de propor a melhoria e adequação da logística reversa praticada pela empresa.

(1) Graduando do 7.º semestre/2012, do curso de Administração da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa fé do Sul/SP, higorjoseh@gmail.com

(2) Graduanda do 7.º semestre/2012, do curso de Administração da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa fé do Sul/SP, isadoraKobayakua@gmail.com

(*) Prof. Orientador: Me. Clayton Aparecido Cardoso de Moraes, Coordenador do curso de Administração das Faculdades Integradas Urubupungá, Professor na Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul/SP, clayton.jales@itelefonica.com.br

Palavras-Chave: Logística Reversa, Marketing Ambiental, Sustentabilidade.

1 Introdução

Segundo Miguez (2010) a logística reversa é o canal inverso da logística tradicional, onde o fluxo logístico acontece do consumidor final até voltar para as empresas e indústrias. Para o autor há um aumento da preocupação da população com o descarte de produtos ou resíduos que são lançados erroneamente no meio ambiente e, por esse motivo, as empresas começam a praticar atividades logísticas reversas para atender essas necessidades, o que gera também ganhos financeiros e redução de custos.

A logística reversa, conforme Leite (2009), atualmente vem se transformando em uma área de estratégia empresarial, visando analisar o processo produtivo e todas as características do produto, a fim de identificar como ele pode ser reaproveitado de diferentes formas, obedecendo a legislação ambiental e assim permitindo que os produtos de pós-consumo ou de pós-venda recebam destinação final adequada, causando menos impactos ambientais. Dessa maneira, o autor acredita que a logística reversa acaba se tornando uma importante ferramenta para elaboração de estratégias, proporcionando maior competitividade no mercado em virtude de conseguir agregar valor econômico ou de obediência a legislação e reforçar a marca e imagem da empresa.

De acordo com Tadeu (2012) o conceito de

logística reversa e sustentabilidade busca desenvolver novas formas de gestão atendendo as normas ambientais e minimizando os impactos ambientais causados por atividades nocivas à natureza, e com isso, conseguir melhorar significativamente a qualidade de vida da sociedade.

Assim, o presente estudo objetiva apresentar uma proposta de melhoria e adequação da logística reversa na “Peixaria do Alcides”, localizada no município de Santa Fé do Sul (SP), destinando adequadamente os resíduos, agregando valor a imagem de empresa responsável com o meio ambiente e gerando maior vantagem competitiva.

2 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada uma pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico e estudo de caso realizado na “Peixaria do Alcides”, acima referida. Inicialmente foi confeccionado um *check list* como forma de estruturar uma entrevista com o gerente da peixaria. A entrevista foi realizada no dia 17 de Agosto de 2012.

Além do *check list*, outro instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário. Foram confeccionados dois questionários com questões fechadas, sendo um para os funcionários e outro para os clientes da empresa.

Após a confecção dos questionários, conforme sugere Malhotra (2001) foi realizado um pré-teste com

a aplicação de dez questionários com o público-alvo da pesquisa, permitindo assim verificar possíveis falhas no instrumento. Em seguida, os questionários foram corrigidos e aplicados entre os dias 24 a 31 de Agosto de 2012.

Foram aplicados 50 questionários com os clientes da “Peixaria do Alcides”, já que foi utilizada a técnica amostral não probabilística por julgamento, pois de acordo com Mattar (1997) quando não se conhece o tamanho do universo, a amostra é selecionada e considerada como adequada pelo pesquisador, por traçar critérios subjetivos e, já ter identificado a população a ser estudada, obtendo assim melhores resultados.

Na realização da pesquisa com os funcionários foram aplicados 3 questionários, que correspondem ao total de funcionários da empresa.

Com as informações obtidas por meio da entrevista com o proprietário da empresa e dos questionários aplicados com os clientes e funcionários da peixaria, foi possível verificar o quanto a empresa está preocupada e direcionada no que tange a logística reversa. Por meio da coleta dos dados, será apresentada uma proposta de adequação e viabilidade de implantação da logística reversa na empresa em estudo.

3 Logística Reversa

A logística, conforme Ballou (1995), tem importância vital para o funcionamento de uma empresa. É um subsistema que interfere diretamente em

seu desempenho e resultados, podendo ser positivo ou não. Segundo o autor, a logística empresarial cuida das atividades de movimentação, transporte e armazenagem, que facilitam o fluxo de produtos desde a aquisição da matéria-prima até o consumo final e também cuida dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, buscando alcançar níveis de serviços adequados aos clientes a um custo razoável, satisfazendo as necessidades e também reduzindo aumentando a produtividade e lucratividade da organização.

Nas pesquisas de Leite (2009), a logística reversa é a área da logística que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos produtos de pós-consumo e pós-venda ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, através dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros.

Duas são as áreas de atuação da logística reversa para Campos (2006): logística reversa de pós-venda, onde os bens são caracterizados com pouco ou nenhum uso; e logística reversa de pós-consumo, quando os bens são caracterizados por serem usados até o fim da vida útil, ou por não apresentarem mais utilidade ao primeiro consumidor e assim repassando e comercializando através de mercados secundários.

A figura 1 mostra como o canal reverso agrega valor ao sistema logístico, onde a logística reversa

de pós-venda e a de pós-consumo proporcionam benefícios a organização através de ganho de imagem, melhores condições para competir no mercado e redução dos custos.

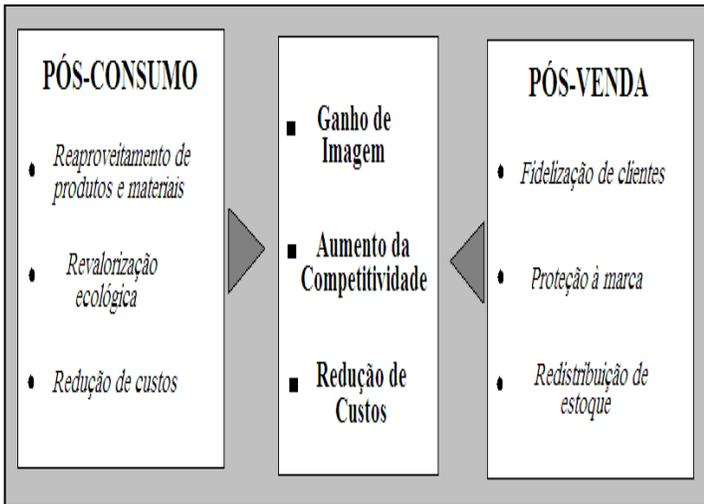


Figura 1: Fluxos reversos: agregação de valor.
Fonte: Leite (2003).

Em conformidade com a figura 1, Leite (2003) diz que o fluxo reverso de pós-venda pode acontecer por diversos motivos como o retorno dos produtos com pouco e nenhum uso, que ocorrem no sentido contrário, fluindo do consumidor até o varejista ou fabricante, motivado normalmente por problemas na qualidade, garantia, processos comerciais entre empresas e retornando ao ciclo de negócios de alguma forma.

O fluxo reverso de pós-consumo representa os produtos descartados pela sociedade que podem ser reintroduzidos ao ciclo produtivo por meio do reuso ou reciclagem de seus componentes.

Tadeu (2012) afirma que os bens de pós-consumo são classificados conforme sua vida útil, ou seja, o tempo que se passa desde sua produção original até o momento em que o primeiro possuidor se desfaz dele. Para a logística reversa de pós-consumo, existem três categorias de bens a serem produzidos:

- Produtos Duráveis: apresentam vida útil em média de alguns anos ou até décadas. Exemplos significativos são automóveis, aeronaves, embarcações, máquinas e equipamentos industriais.
- Produtos Semiduráveis: apresentam vida útil em média de alguns meses, dificilmente alcançando dois anos. Exemplos claros são baterias de automotores, computadores e seus periféricos, baterias de celulares e óleos lubrificantes.
- Produtos Descartáveis: apresentam vida útil em média de algumas semanas, raramente superando a seis meses. Exemplos desses produtos são as embalagens, materiais para escritório, artigos cirúrgicos, pilhas, fraldas, jornais e revistas.

Dessa forma, Leite (2003) afirma que com o reaproveitamento, a reciclagem e o reprocessamento de materiais providos do mercado de pós-venda ou pós-consumo, é possível obter melhores rendimentos, redução de custos e maior vantagem competitiva,

resultando assim em estímulos cada vez maiores à adoção de iniciativas e esforços em busca do desenvolvimento e melhoria dos processos de logística reversa.

4 Marketing Ambiental

O marketing, segundo Las Casas (2001), é uma área do estudo onde são envolvidas atividades relacionadas à troca, com intuito de satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores, objetivando atingir as metas de empresas ou indivíduos e levando em consideração sempre o meio ambiente e o impacto que essas relações causam no bem estar da sociedade.

Yanaze (2006) afirma que ao serem satisfeitas as necessidades básicas, novas necessidades surgem e assumem um lugar cada vez mais amplo e importante na vida das pessoas, de forma que, quando a sobrevivência já estiver garantida, o ser humano dá vazão às suas emoções, caprichos e fantasias, manias e fobias, impulsos e compulsões. O autor diz que no dia a dia, as pessoas se deparam com apelos variados, oferecendo satisfação às necessidades humanas por mais saúde e conforto, mais prosperidade e poder, para poder gozar de uma vida melhor.

A questão ambiental, segundo Dias (2008), vem se tornando cada vez mais importante nas relações de troca entre consumidores e empresas, implicando na necessidade de aplicar o marketing para facilitar o desenvolvimento dessas relações. O autor cita alguns fatores que levam a utilização do marketing junto às causas ambientais a fim de obter melhor

relacionamento com os consumidores, como:

- Consumo elevado exige maior uso de matérias-primas naturais.
- O aumento da produção leva ao constante crescimento de resíduos decorrentes de embalagens e restos gerados pelos bens consumidos.
- Amplo conhecimento da sociedade em relação a temas ecológicos, levando a maior exigência de bens ambientalmente corretos.
- Legislação ambiental tem-se tornado cada vez mais rigorosa.

O marketing ambiental é descrito por Dias (2007) como um conjunto de políticas e estratégias de comunicação destinadas a obter uma vantagem comparativa de diferenciação para os produtos ou serviços que a empresa oferece em relação às marcas concorrentes, conseguindo desse modo incrementar sua participação no mercado, consolidando seu posicionamento competitivo.

Segundo Moraes (2009), campanhas ecológicas embasadas no Marketing ambiental vem se tornando cada vez mais freqüente, objetivando não só conscientizar os consumidores sobre a importância de preservação dos recursos naturais, mas também demonstrar para a sociedade quão estão ecologicamente preocupadas essas organizações.

Para o autor citado acima, promovendo a logística reversa, a empresa implicitamente promove ações de marketing verde, pois a logística reversa

objetiva principalmente aumentar a vida útil dos produtos ou dos seus componentes, ou seja, alongar a vida dos produtos após o seu uso, por meio da reciclagem, do reuso, da remodelação.

Leite (2009) acredita que uma nova visão mercadológica vem surgindo, estendendo o marketing tradicional e introduzindo metodologias para atender às novas demandas dos consumidores. Conclui que as empresas que agregam valor ao produto ou serviço por meio da análise do ciclo de vida ambiental, redução de impactos no meio ambiente, certificação ambiental, adoção da logística reversa, conseguirão criar vantagem competitiva e uma imagem positiva resultante da extensão e execução dos conceitos de responsabilidade ambiental.

5 Desenvolvimento sustentável

A melhor definição para desenvolvimento sustentável, conforme Leite (2009), é de atender às necessidades presentes sem que comprometa as futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades, explorando recursos, orientando o desenvolvimento tecnológico de forma a harmonizar o presente e o futuro, atendendo às necessidades da sociedade.

De acordo com Dias (2007), no desenvolvimento sustentável são estabelecidas relações harmônicas entre o homem e a natureza buscando satisfazer as necessidades e aspirações humanas, conceituadas por dois aspectos: o primeiro busca assegurar a sobrevivência dos pobres, necessidade que deve ser prioridade de todos os países; o segundo,

com o grande desenvolvimento da tecnologia e crescimento da sociedade acabam limitando o meio ambiente, e consequentemente impedindo o atendimento às necessidades presentes e futuras.

Dias (2007) ainda afirma que os principais objetivos das políticas ambientais são:

- Melhorar a qualidade do desenvolvimento.
- Atender às necessidades essenciais como emprego, alimentação, energia, água e saneamento.
- Manter um nível populacional sustentável.
- Preservar a base de recursos.
- Pensar no meio ambiente nas tomadas de decisões.

Conforme Dias (2007), existem diversas formas de se interpretar o que é desenvolvimento sustentável. Alguns pensam ser o desenvolvimento econômico por meio da utilização racional dos recursos naturais e de tecnologias menos agressivas e poluentes ao meio ambiente. Para outros, que é um projeto social com intenção de acabar com a pobreza, proporcionar melhor qualidade de vida e atender as necessidades básicas da humanidade através de um desenvolvimento harmônico da sociedade utilizando os recursos naturais de maneira sustentável.

Para Tadeu (2012), em relação às organizações, tornar um negócio sustentável passa a ser uma necessidade para se manter no mercado, de forma que as empresas não devem se basear somente em questões econômicas, mas também em sociais e ambientais, de

acordo com o *triple bottom live*, esquematizado na figura 2, o que acaba ajudando-as a reforçar seus laços com a natureza e a sociedade.

Tadeu ainda diz que para alcançar um desenvolvimento sustentável as empresas devem adotar novos comportamentos, mudar a cultura se necessário e se relacionar melhor com as diversas esferas da sociedade.

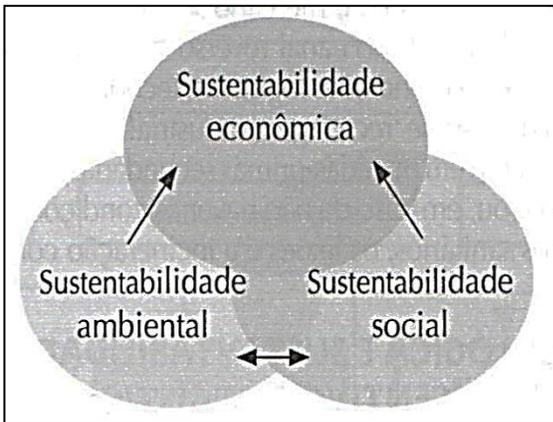


Figura 2: Triple Bottom Line.

Fonte: Leite (2009).

De acordo com a figura 2, Leite (2009) afirma que por meio do *triple bottom live*, também conhecido como tripé da sustentabilidade, as empresas vêm mudando suas reais preocupações em relação à responsabilidade empresarial, ambiental, social e ética para garantirem sua sustentabilidade econômica.

Na logística reversa com os reaproveitamentos, reutilizações, reciclagens, Leite (2009) acredita que se unida a sustentabilidade empresarial, é criado um diferencial que permite agregar maior valor aos produtos e serviços da organização por meio da elaboração de estratégias que defendem e beneficiam a imagem da empresa e dos negócios.

Tadeu (2012) observa que a logística reversa e o desenvolvimento sustentável, apesar de apresentarem objetivos distintos, possuem muitos pontos em comum, onde eventualmente ambos podem se complementar.

Segundo o mesmo autor, as empresas devem tirar proveito dessa parceria como forma estratégica para aumentar a lucratividade do negócio, e tomar melhor posicionamento no mercado em relação às normas ambientais, caminhando a um mundo sustentável, obtendo assim ganho de imagem e maior vantagem competitiva.

6 Proposta de implantação da Logística Reversa na “Peixaria do Alcides”

A “Peixaria do Alcides”, estabelecida no município de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, é atuante no ramo de comércio de peixes e disponibiliza de opção variada de peixes de água doce e salgada. Além do proprietário, a empresa apresenta um quadro de três funcionários: gerente e dois auxiliares de produção.

Em entrevista realizada com o gerente, foi constatado que no âmbito da empresa existem algumas atividades que adotam o processo logístico reverso, porém ainda recebem pouco investimento e que não são de conhecimento dos consumidores.

Na empresa, a logística reversa está presente em processos como a reciclagem e a reutilização das embalagens de plástico e papelão providas de pescados comprados de fornecedores.

Outra etapa do processo produtivo muito importante e que também adota esse fluxo reverso é na limpeza, quando os restos (espinhas, barrigadas) voltam ao ciclo produtivo, sendo levados a uma indústria local e transformados em ração para peixes, evitando assim impactos ambientais pelo descarte diretamente no lixo a céu aberto ou em aterros que prejudicariam o solo e a qualidade de vida da fauna e da comunidade local.

A pesquisa realizada com os funcionários da “Peixaria do Alcides” destaca que os mesmos possuem conhecimento sobre o papel e a importância da logística reversa e que utilizam esse processo na empresa, reutilizando produtos e resíduos.

De acordo com os funcionários da empresa, além do fluxo reverso que vai da empresa até o fornecedor, existe também o fluxo reverso do consumidor final até a peixaria que ocorre, por exemplo, pela volta do produto por uma embalagem danificada.

Pode-se observar no gráfico 1 as vantagens obtidas pela logística reversa na visão dos funcionários:

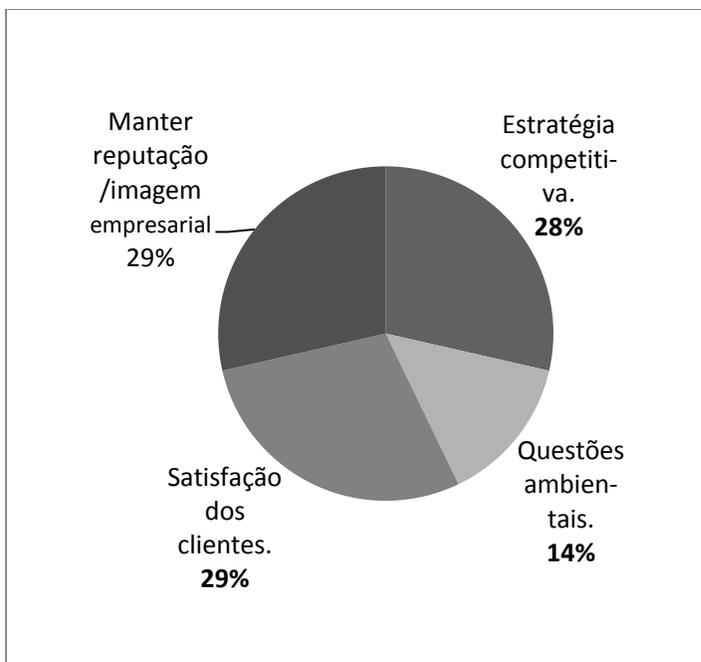


Gráfico 1: Vantagens obtidas com a logística reversa na visão dos funcionários. (Fonte: Autores)

De acordo com o gráfico 1, por meio da logística reversa é possível satisfazer e até mesmo fidelizar os clientes, por meio da melhoria da imagem empresarial e sua ligação com as questões ambientais, do uso da logística reversa como estratégia competitiva, e, conseqüentemente ganhando imagem corporativa e melhorando a reputação da empresa no mercado.

Em relação a pesquisa desenvolvida com os clientes da empresa, o Gráfico 2 exhibe a logística reversa na visão dos clientes:

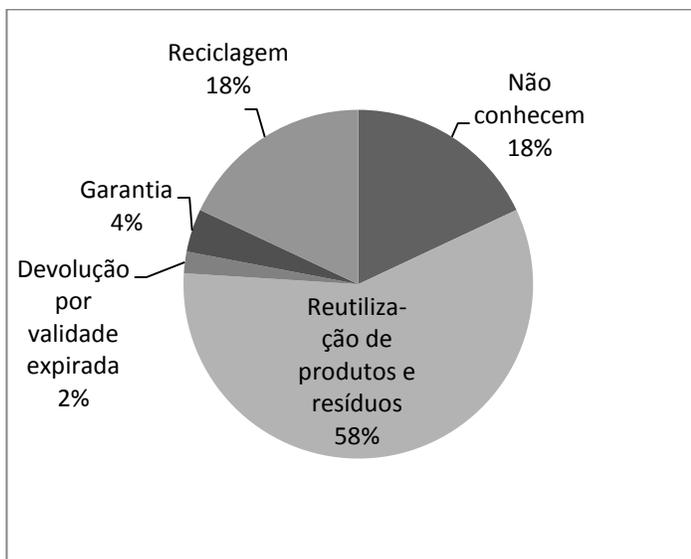


Gráfico 2: A logística reversa na visão dos clientes
(Fonte: Autores)

Conforme as principais informações fornecidas pelo gráfico 2, pode-se destacar que 82% dos respondentes (41 clientes) possuem conhecimento sobre a importância da logística reversa e, que 58% (29 clientes) a conhece como uma forma de reutilização de produtos ou resíduos. Dessa forma, cabe a empresa se atentar a isso como uma oportunidade, e investir nessa área, podendo agregar um diferencial competitivo.

Quanto à decisão de compra, os clientes afirmaram que “às vezes” optam pelo ecologicamente

correto, porém consideram importantíssimo que qualquer empresa, inclusive a peixaria, adote procedimentos logísticos reversos que visem a redução de impactos ambientais e preservação da natureza. O gráfico 3 evidencia os aspectos mais importantes de decisão de compra dos clientes da Peixaria:

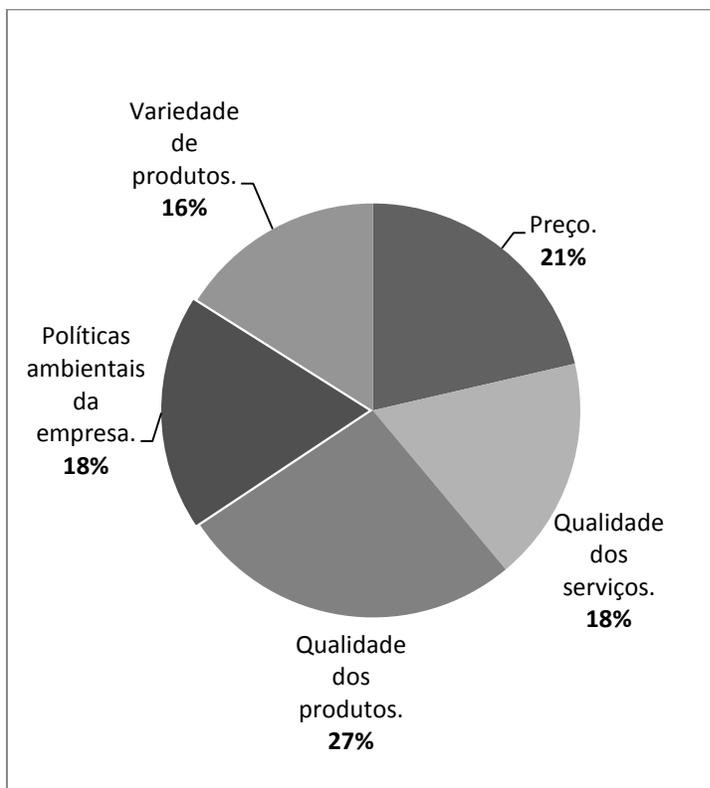


Gráfico 3: Itens mais importantes no momento da decisão de compra para os clientes (**Fonte:** Autores)

Por meio do gráfico 3 é possível diagnosticar que os clientes valorizam em primeiro lugar a qualidade dos produtos no momento da compra e que as políticas ambientais adotadas pela empresa estão em terceiro plano, embora todos os entrevistados afirmaram que a Peixaria do Alcides deve adotar, manter e investir nos processos logísticos reversos visando reaproveitar os resíduos ou dar destinação adequada à eles quando não for possível o reaproveitamento. Os entrevistados avaliaram a logística reversa da Peixaria do Alcides como boa de acordo com o que conhecem e observam na empresa em estudo.

Conforme os dados obtidos, cabe a empresa aperfeiçoar ainda mais seus processos logísticos reversos e, investir em marketing ambiental com o propósito de divulgar aos consumidores a preocupação da empresa com o meio ambiente e o descarte dos seus produtos.

A proposta de melhoria e adequação de uma política de logística reversa na empresa oferece benefícios não somente aos clientes conscientes de uma política ecologicamente correta, mas também àqueles que ainda não conhecem ou não se preocupam com atividades ambientais. A Logística Reversa pode levar a empresa a transmitir uma imagem positiva e conquistar além de um diferencial, uma vantagem competitiva no mercado em que atua.

O fator ecológico contribui na implementação da logística reversa, nas diversas fases e atividades empresariais, por meio do aparecimento de um novo consumidor que se sensibiliza cada vez mais

com os aspectos ambientais e a possibilidade de impacto dos produtos no meio ambiente.

A implantação da logística reversa traz benefícios não só ao meio ambiente, como também a própria organização, pois evidencia valores econômicos, podendo através desta economia, aplicar o investimento em melhorias de processos, fornecer educação ambiental aos colaboradores, investir em tecnologias sustentáveis, buscando a excelência em qualidade e desempenho empresarial.

7 Considerações finais

Conforme Miguez (2010), a logística reversa é caracterizada pelo retorno de produtos às empresas por diversos fatores como a garantia, defeitos de fábrica, problemas de qualidade e obsolescência, buscando recuperar esses produtos, agregando-lhes valor de alguma forma por meio da reciclagem, reuso, reprocessamento, aproveitamento de partes e componentes, e em último caso, o descarte adequado, com intuito de evitar o despejo em locais inadequados, tentando amenizar possíveis impactos ambientais. Para Dias (2008), o marketing verde associado à sustentabilidade vai muito além do marketing convencional, pois além de atender as necessidades dos clientes e manter um relacionamento lucrativo, é possível construir relacionamentos sustentáveis atendendo as normas sociais e ambientais, resultando em um produto diferenciado com maior valor agregado.

Segundo Leite (2009), as empresas que agregam valor ao produto ou serviço por meio da análise do ciclo de vida, redução de impactos no meio ambiente, adoção da logística reversa, certificação ambiental, conseguirão criar vantagem competitiva e uma imagem positiva resultante da extensão e execução dos conceitos de responsabilidade ambiental.

Pode-se verificar que a proposta da logística reversa neste trabalho foi demonstrar os benefícios ambientais e financeiros proporcionados para a empresa estudada. A Logística Reversa pode ser não só uma forma de responsabilidade com os produtos comercializados, mas também um grande diferencial competitivo para agregar valor aos clientes cada vez mais exigentes e ambientalmente responsáveis. A implantação desse sistema logístico pode proporcionar retornos financeiros consideráveis e aceitabilidade maior por parte dos consumidores, melhorando a imagem da empresa. Assim, por meio do presente estudo é possível concluir que a logística reversa, além de contribuir para a redução de impactos ambientais, também é uma atividade que proporciona maior prestígio, respeitabilidade e lucro à diversas empresas, incluindo a “Peixaria do Alcides”, que foi objeto da pesquisa.

Referências

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial**. São Paulo: Atlas, 1995.

CAMPOS, Tatiana de. **Logística reversa**: aplicação ao problema das embalagens da CEAGESP. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Guilherme Silveira de. **A logística reversa e o marketing verde**: ferramentas para a empresa. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-logistica-reversa-e-o-marketing-verde-ferramentas-para-a-empresa/29931/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MIGUEZ, Eduardo Correia. **Logística reversa como solução para o problema do lixo eletrônico**: benefícios ambientais e financeiros. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

TADEU, Hugo Ferreira Braga. et al. **Logística reversa e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de marketing: avanços e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Comunicação empresarial interna e sua importância como fator motivacional

Fabiano Soares ALVES ¹

Resumo

A comunicação empresarial interna é uma ferramenta usada dentro dos limites da empresa e tem por finalidade melhorar a relação existente entre o empregado e empregador; no entanto, esta situação nem sempre ocorre. Por isso é necessário que as instituições avaliem as falhas neste sistema para melhorar o fator motivacional de seus colaboradores e encorajá-los a se integrem aos objetivos da empresa.

Palavras – chave: Comunicação; Motivação; Eficácia Organizacional.

Introdução

Atualmente as empresas se preocupam bastante com o fator humano dentro do processo produtivo, e esta preocupação trouxe certas novidades como por

(1) Graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa/Andradina SP (2010). Pós-graduando em Gestão de Pessoas e Finanças pela FIRB (2012).
fabiano.alves@ameandradina.com.br; fabin_alves@hotmail.com

exemplo o uso da comunicação empresarial. O presente artigo quer mostrar que a imagem de uma empresa é criada através de uma boa comunicação entre seus membros.

A comunicação empresarial é a ferramenta utilizada no processo entre empregado e empregador. Uma empresa com falhas nesta importante área tende a sofrer consequências em seu processo produtivo e principalmente no relacionamento de seus colaboradores.

A metodologia aplicada neste trabalho é de natureza bibliográfica, baseando-se em fontes de livros e artigos científicos publicados, conforme afirma Gil (2006, p.44) “ a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base no material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos”.

De forma sucinta, o objetivo é abordar que falhas na comunicação interna nas empresas alteram a produtividade de seus colaboradores, e assim levantar uma discussão para melhor entendimento sobre esse assunto.

Comunicação Empresarial – Definição

Com o advento da globalização, as mudanças no mundo fizeram alterações na realidade das empresas, provocando nelas a necessidade de desenvolver maiores e melhores estratégias para sobrevivência no mercado. Com isso, as empresas passaram a adotar novas

atividades de trabalho baseadas principalmente em sua imagem, tudo com a finalidade de seguir as mudanças globais, bem como ganhar novas parcelas de mercado.

Quando falamos em imagem de uma empresa nos referimos ao conceito de determinada entidade perante a sociedade e seus colaboradores. A imagem de uma empresa é muito importante para a sua sobrevivência, por isso é necessário avaliar a relação existente entre empregado e empregador para a partir daí criar, manter ou mudar a imagem da empresa.

Cahen fala sobre o assunto:

Comunicação empresarial é uma atividade sistêmica, de caráter estratégico, ligada aos mais altos escalões da empresa e que tem por objetivos: criar – onde ainda não existir ou for neutra – manter – onde já existir – ou ainda, mudar para favorável – onde for negativa a imagem da empresa junto a seus públicos prioritários. (CAHEN, 1990, p. 29).

Entre as principais atividades de comunicação empresarial usadas pelas empresas podemos citar: marketing, relações públicas, lobby, propaganda, promoções. No entanto, por mais que as empresas tentem aumentar suas vantagens com o uso dessa ferramenta, ainda assim existem fatores que a comprometem, pois as falhas na comunicação interna alteram a produtividade, a confiança, a satisfação e auto-estima dos colaboradores, refletindo diretamente na qualidade da prestação de serviços a seus clientes.

Por isso este trabalho quer mostrar que empresas que não se preocupam com a qualidade de sua comunicação interna, são mais propensas a erros e ao não cumprimento de suas metas, isto porque o fator humano sente desmotivado, seus empregados não se integram realmente aos objetivos esperados pela instituição.

Modelos de comunicação

Atualmente há vários modelos de comunicação utilizados pelas empresas, apresentando diferentes formas que variam de acordo os elementos, o contexto e tipo de comunicação a ser usada. Inicialmente a comunicação se divide em dois itens: comunicação verbal e comunicação não-verbal.

Além disso, a comunicação pode ainda ser transmitida de duas formas: oral ou escrita. Contudo, por mais que exista diversos modelos de comunicação, fica difícil escolher um modelo ideal, que se adapte ao padrão da entidade, isto porque estes sistemas estão ligados diretamente ao homem, podendo sofrer variações que alterem ou modifiquem sua estrutura.

O modelo de comunicação mais clássico é o seguinte:

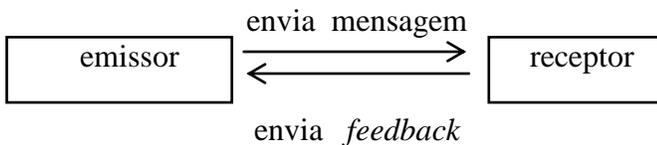


Figura 1. MODELO DE COMUNICAÇÃO SHANNON
 Fonte: citado por Maria Alzira Pimenta (2006, p.25)

Para os estudiosos da área de comunicação, o modelo mencionado seria o mais simples, dentre tantos outros existentes, como o que segue abaixo:

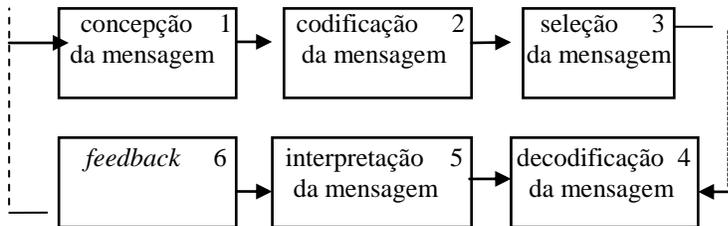


Figura 2. MODELO DE COMUNICAÇÃO SHANNON
 Fonte: adaptado de Robinson (1991) citado por Maria Alzira Pimenta (2006, p. 26)

Pimenta fala o seguinte sobre o ruído:

Um fator determinante no processo de comunicação que não aparece nesses modelos é o *ruído*. Ele consiste de qualquer interferência ou barreira que dificulte a comunicação. O ruído pode se localizar no emissor, no receptor, no veículo utilizado ou no ambiente onde o processo de comunicação acontece. (PIMENTA, 2006, p. 26).

Note que a comunicação já é difícil entre pessoas com laços afetivos, quanto mais em ambientes empresariais onde os laços são mais tênues ou quase

inexistem, dificultando de forma direta a consecução de objetivos e tarefas.

As falhas na comunicação interna podem prejudicar o desenvolvimento de estratégias empresariais.

Uma organização com pouca comunicação entre seus funcionários tende a fragmentar-se, pois a troca de ideias fica visivelmente difícil, podendo ocorrer sobrecarga de informações.

Comunicação empresarial interna

A comunicação empresarial interna é aquela que ocorre dentro dos limites da empresa, sendo um instrumento usado por gestores para conseguir eficácia organizacional.

É a possível interação entre a empresa e seus empregados, ou seja, é aquele processo que permite a troca de informações entre os funcionários, a gerências e a diretoria de uma empresa, independentemente do nível hierárquico, dentro de uma estrutura de comunicação já definida.

Esse instrumento é utilizado de forma livre com o envolvimento de todos os colaboradores e por meio dele torna-se possível criar canais que possibilitem o relacionamento agíl e transparente na direção da organização com o seu público interno e entre os próprios elementos que integram este público.

Seus principais objetivos são: informar; influenciar e integrar os funcionários da empresa dando-lhes conhecimento das transformações no ambiente de trabalho; determinar ativamente a presença do colaborador no andamento da organização e deixar claro e objetivo a comunicação empresarial para com o público interno.

O fator humano na empresa

Conforme os parágrafos anteriores, as empresas buscam criar uma boa imagem com seus públicos prioritários, sendo assim, a relação entre empregado e empregador passa a ser vista como algo fundamental para otimizar a sua imagem. Segundo Marques (2004), “a imagem que os funcionários têm de sua própria organização é a base da imagem externa da empresa. Não existe melhor estratégia de comunicação do que transformar seus funcionários em verdadeiros embaixadores de sua empresa”.

Para Pimenta,

A estrutura tradicional da empresa é burocrática, técnica, racional e normativa, por princípio não há espaço para sentimentos e emoções. Essas características tendem a impedir a expressão, participação e engajamento dos trabalhadores. Como resultado a **Motivação** pode diminuir, comprometendo o processo produtivo.(PIMENTA, 2006, p. 119).

Este ponto acaba por afetar diretamente a qualidade da prestação dos serviços, pois uma

comunicação mal gerida acaba trazendo excesso de informações, a falta de envolvimento e participação das pessoas, inconsistências das mensagens, e por fim pouco trabalho em equipe. Por isso é essencial que o fator humano seja posto como centro do processo produtivo. Por mais que isso seja uma tarefa difícil, é necessário que administradores e proprietários entendam as expectativas e ansiedades do público interno da empresa, para usar a comunicação como ferramenta que integre e transforme o processo produtivo em um verdadeiro trabalho em equipe.

Pimenta esclarece,

É sabido que colocar o ser humano como centro do processo produtivo não é empreendimento fácil. Complexo, misterioso, emotivo, muitas vezes imprevisível parece não ser adequado à racionalização que as empresas demandam. Entretanto, hoje, mais do que nunca sabe-se que o fator humano é fundamental para o sucesso ou fracasso de qualquer processo. (PIMENTA, 2006, p. 119).

É de grande importância que os dirigentes da organização acreditem no poder de uma boa comunicação, fazendo todos se sentirem responsáveis pelo andamento das tarefas e o cumprimento de metas, pois só assim se acha o caminho do sucesso. Conforme afirma Marques (2004): “Comunicação interna é como ser um pai na educação dos filhos: é preciso primeiro acreditar no discurso (credibilidade) dar o exemplo, (praticar) para poder influenciar o comportamento dos filhos (funcionários)”.

Considerações finais

Ao estudarmos a comunicação, de imediato observamos que aqueles que usam esta ferramenta necessitam ter pleno conhecimento dela para evitar insatisfação no ambiente de trabalho. Por meio da comunicação empresarial interna, é possível criar canais que facilitem e possibilitem a troca de informações entre empregado e empregador; no entanto, ainda há evidências de problemas na comunicação das organizações.

As falhas nessa área alteram a produtividade, a satisfação e a auto-estima dos colaboradores. É necessário que as organizações façam seus funcionários interagirem no processo comunicacional, procurando sempre saber o que pensam; então, será a eles atribuído o andamento do sucesso de uma organização, e a eficácia organizacional alcançada.

Referências

CAHEN, Roger. **Comunicação empresarial**. 12. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Ronaldo. **Comunicação interna**. 27 jan. 2004. Disponível em: < <http://www.rh.com.br>>. Acesso em: 08/05/2012.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. 5. ed. Campinas : Alínea, 2006.

EROTISMO EM “O CORPO AMOROSO DO DESERTO”, DE MICHELINY VERUNSCHK

Janaína Paula Malvezzi Torraca da SILVA ¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o poema “O corpo amoroso do deserto”, de Micheline Verunschck, fazendo uma relação deste texto com o erotismo presente na quase totalidade de sua obra. Para tanto, será feita uma breve apresentação da poeta pernambucana, contemporânea. A divisão do trabalho segue sugestão de Arrigucci Jr, autor estudioso de Manuel Bandeira.

Palavras-chaves: Irrealização, Análise, Poema.

Introdução

“As primeiras palavras que se enunciam ao adentrarmos o reino do silêncio podem ser fatais para o resultado que se terá no que diz respeito ao encontro do tesouro. Qualquer desvio pode representar o dano do objeto mágico; qualquer descuido ou alarido pode representar a perda total do objeto procurado”

(1) Graduada em direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (1996). Licenciada em Letras e Pedagogia pelas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU (2002 e 2007). Mestranda (2011/12) em Letras na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, janamalvezzi@hotmail.com

(ROSENBAUM, 2002, p. 15). Quando analisamos algo, falamos de alguém ou opinamos sobre algum assunto, é de bom tom a cautela. Mas a cautela em excesso não libera a produção, a criação. Deixemos, pois, a cautela ter seu lugar, desde que não atrapalhe o desenvolvimento da análise.

O presente artigo pretende analisar o poema “O corpo amoroso do deserto”, da poeta pernambucana Micheline Verunschik. Para tanto, o trabalho será dividido em três momentos distintos: comentário, análise e interpretação. No primeiro, será mostrada a parte externa da obra da poeta, como dados sobre o contexto histórico-social, linguístico, biográfico. No segundo momento, será feita a análise do poema, uma desmontagem para que cada parte seja decomposta, descrita e classificada. No último, a interpretação se faz necessária.

Dividir o trabalho dessa forma segue exemplo de Arrigucci, em sua obra *Humildade, paixão e morte* (2009); em que o autor descreve a trajetória da poética de Manuel Bandeira, usando vários poemas como base para seus comentários. Assim como diz Arrigucci, temos a “[...] função de resumir, esquematicamente, e ao mesmo tempo, generalizar a partir do detalhe concreto a visão da totalidade [...]” (ARRIGUCCI, 2009, p. 17).

A justificativa para a escolha deste poema é a de que o tema central da dissertação a ser concluída até 2012 para a conclusão do mestrado é o erotismo. Entre os muitos poemas com este tema dentro da poesia de Micheline, “O corpo amoroso do deserto” foi o que

melhor se adequou ao que já foi lido e pesquisado até o presente momento.

A bibliografia usada encontra-se dividida em duas partes distintas: as “Referências”, onde estão relacionadas as obras efetivamente citadas no corpo do texto, e a “Bibliografia”, na qual estão elencadas as obras usadas como suporte para a elaboração, entendimento e escrita do trabalho.

Comentário

Antonio Candido afirma que “o comentário é essencialmente o esclarecimento objetivo dos elementos necessários ao entendimento adequado do poema” (CANDIDO, 2009, p. 23). Por esta razão, o comentário antecede os demais tópicos. Essa análise é “uma atividade de erudição, que não pressupõe em si a sensibilidade estética, mas que sem ela se torna uma operação mecânica.” (CANDIDO, 2009, p. 23).

Não é tarefa simples a análise, ou a interpretação de um poema. Nem única. Pois o poema é arte, é subjetividade, é intimidade. De acordo com Aristóteles, “não é ofício de poeta narrar o que realmente acontece; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer, o que é possível, verossímil e necessariamente”⁷. Para ele, ainda, poesia é imitação, imitação de uma ação. Não se pode fazer uma leitura literal de um texto poético.

Para se localizar Micheliney no contexto literário, que é o atual, necessário se faz estabelecer alguns pontos

⁷ (ARISTÓTELES, 1951, p. 1451 e ss)

importantes: a lírica tem-se misturado com outros gêneros como a canção e o videoclipe; a forte influência (e presença) da internet aproxima o leitor da poesia, inclusive abrindo espaços nos *blogs* e *sites*. A diversidade de temas é enorme, recaindo desde os problemas sociais, existencialismo humano, até as chamadas poesias de “salão, palanque e gabinete”.

Definindo de acordo com Álvaro Alves de Faria e Carlos Felipe Moisés, seria assim:

“a poesia de salão [...] é o meio tom, a voz de quase todos os dias, que conta com mais larga audiência”. (2000, p. 7) Definem a poesia de palanque como sendo “a voz grandiloqüente, que só ecoa em momentos de exceção, ou a livre critério do poeta e de sua audiência particular” (2000, p. 7). A poesia de gabinete é definida como aquele que “tem raízes mais recentes; [...] mais propriamente moderna. Aposta na experimentação, na engenhosidade torturada e tortuosa” (Faria; Moisés, 2000, p. 8).

A presença feminina tem aumentado no mercado poético, quase se equivalendo ao número de homens. Os autores têm muito mais facilidade em publicar seus poemas, seja pelo grande número de editoras, seja pela disponibilidade da internet.

Definir a poesia atual é tarefa inglória, pois há uma mistura de elementos, de sons, de palavras, de sentido, de métrica e versos livres, de metáforas. Há diversidade. E seus leitores, na temática atual, têm

pressa, têm facilidade de acesso, têm variedade. É nessa variedade que desponta Michelinny.

Michelinny Verunschik é poeta, pernambucana, nascida na década de 1970. Filha de um militar e de uma professora de geografia, cresceu lendo e ouvindo poemas. Formou-se em História, tendo antes iniciado Psicologia, que não concluiu.

Em 2002, teve cinco poemas seus publicados em *Na virada do século: poesia de invenção do Brasil*, juntamente com outros quarenta e cinco poetas. Tal coletânea foi organizada por Frederico Barbosa e Cláudio Daniel que pretenderam realizar um registro da invenção poética dos anos 80-90.

Publicou, em 2003, a obra *O Observador e o nada*. Esse livro mostrou apenas um único poema narrativo da autora, assinalado como *nonsense*, sendo bem recebido pela crítica.

No mesmo ano, lançou *Geografia íntima do deserto*, publicado pela Editora Landy. Nessa obra, a autora misturou sensações, temas e efeitos. É daí que foi escolhido o poema a ser analisado, “O corpo amoroso do deserto”, um dentre muitos que têm no erotismo sua linha principal, seu norte.

Assim como afirma Aristóteles, a autora imita a ação da realidade. Retrata a imagem que vê no cotidiano, naquilo que lhe chama a atenção, mesmo que seja algo irrisório. Michelinny cria a partir de imagens. "Tento transformar imagens em palavras. Travo uma luta com as palavras. Elas fogem. Preciso laçá-las.

Escolho ritmos e metáforas para traduzi-las. O poema triste quando não consigo fazê-lo nascer.”⁸

Ainda nas palavras da poeta, em uma entrevista dada para a Revista Texto poético, “Os primeiros poetas com quem travei conhecimento foram Casimiro de Abreu e João Cabral de Melo Neto. Casimiro me deu um olhar pessimista e uma visão peculiar da morte, tema muito presente na minha poesia. Cabral me deu o gosto pela exatidão, pela palavra empregada com rigor.”⁹

No prefácio de *Geografia íntima do deserto*, João Alexandre Barbosa destaca os poemas de Micheliney como sendo “uma poesia da intimidade, [...] e não necessariamente intimista ou de intimidades” (VERUNSCHK, 2003, p. 14).

Análise

O título do poema constitui, por si só, um rico objeto de análise: “O corpo amoroso do deserto”. Aqui já se percebe a presença de metáfora e de personificação.

Deserto é uma espécie de região que recebe pouca precipitação pluviométrica. Sendo assim, tem por reputação serem lugares que sustentam pouca vida.

⁸ Matéria publicada no Jornal de Poesia,

<http://www.revista.agulha.nom.br/micheliney6.html>. Acesso em 25 agosto 2011

⁹ Entrevista publicada na Revista Texto Poético,

http://www.textopoetico.org/index.php?option=com_content&view=article&id=95:

o-gosto-pelo-rigor-entrevista-com-micheliney-

verunsch&catid=19:entrevistas&Itemid=33 Acesso em 20 agosto 2011

Este estudo vai se debruçar sobre essa palavra deserto, pois ela é extremamente importante para o restante da análise.

De acordo com o *site InfoEscola*¹⁰, a definição de deserto, e algumas informações sobre ele são as seguintes:

“Comparando-se com regiões mais úmidas isto pode ser verdade, porém, examinando-se mais detalhadamente, os desertos frequentemente abrigam uma riqueza de vida que normalmente permanece escondida (especialmente durante o dia) para conservar umidade. Aproximadamente 20% da superfície continental da **Terra** são desérticos. Os desertos algumas vezes contêm depósitos minerais valiosos que foram formados no ambiente árido ou que foram expostos pela erosão. Por serem locais secos, os desertos são locais ideais para a preservação de artefatos humanos e fósseis. Sua vegetação é constituída por gramíneas e pequenos arbustos, é rala e espaçada, ocupando apenas lugares em que a pouca água existente pode se acumular (fendas do solo ou debaixo das rochas). A fauna predominante no deserto é composta por animais roedores (ratos-cangurus), por répteis (serpentes e lagartos), e por insetos. Os animais e plantas têm marcantes adaptações à falta de água. Muitos animais saem das tocas somente à noite, e outros podem passar a vida inteira sem beber água, extraindo-a do alimento que ingerem.”

¹⁰ <http://www.infoescola.com/biomas/deserto/> Acesso 20 agosto 2011

A presença do vocábulo não só no título deste poema mas também no título da obra (*Geografia íntima do deserto*), marca a presença de uma imagem árida que mesmo tendo vida, a mantém distante, reservada.

O termo “deserto”, de acordo com o dicionário HOUAISS, pode definir aquilo que ainda não está desvendado, ou seja, o deserto possui seus mistérios que precisam ser descobertos, em todas as suas dualidades como a areia, ora macia e ora cortante quando arremessada pelos ventos, como pode ainda ser o local de purificação, de relações espirituais.

Misturando as duas definições, o deserto ainda pode ser aludido àquilo que se esconde em cada um, ou seja, aos segredos mais bem guardados, inusitados, sejam eles agradáveis ou não.

Outra palavra do título do poema, corpo, de acordo com Houaiss, tem como um dos significados “materialidade do ser; carne, tudo o que tem existência física e extensão no espaço; matéria, substância”. E amoroso, ainda de acordo com o mesmo dicionário, “que ou aquele que sente amor, que tem inclinação para o amor; relativo ao amor; que contém ou demonstra amor; propenso ao amor; que demonstra ternura, afeto; terno, meigo, carinhoso; que se revela ameno, suave, tépido” (grifo do autor).

Concluindo, no título percebe-se que o corpo (aquilo que é a estrutura, a forma) é amoroso (suave, ameno), apesar de fazer parte de algo tórrido, quente,

árido. Aparece então a questão do erotismo. O erotismo é tema constante de poemas desta obra, como por exemplo, em “Domingo”, “Duo (O violino e Violoncelo)”, “Rápido monólogo do caçador com sua caça”, “O rio”, “Subverso”, “Face”, entre muitos outros.

O erotismo, segundo Bataille, “é a aprovação da vida até na morte” (BATAILLE, 2004, p. 19). O deserto é metáfora desse erotismo pois, em secreto, pulsa a vida, que emerge subitamente do nada.

Octavio Paz faz a seguinte afirmação: “A relação entre erotismo e poesia é tal que pode dizer-se, sem afectação, que o primeiro é uma poética corporal e que a segunda é uma erótica verbal.” (PAZ, 1995, p. 9). Ainda:

A relação da poesia com a linguagem é semelhante à do erotismo com a sexualidade. Também no poema – cristalização verbal – a linguagem se desvia do seu fim natural: a comunicação. [...] A linguagem do poema é a linguagem de todos os dias e, ao mesmo tempo, essa linguagem diz coisas diferentes das que todos nós dizemos. (PAZ, 1995, p. 10-11)

A definição de erotismo, de acordo com Paz, é:

[...] o erotismo é exclusivamente humano: é sexualidade socializada e transfigurada pela imaginação e a vontade dos homens. [...] O erotismo é invenção, variação incessante; o sexo é sempre o mesmo. O protagonista do acto erótico é o sexo ou, mais exactamente, os sexos. O plural é de

rigor porque, inclusive nos prazeres chamados solitários, o desejo sexual inventa sempre um par imaginário... ou muitos. Em todo encontro erótico há sempre uma personagem invisível e sempre activa: a imaginação, o desejo. (PAZ, 1995, p. 22)

Assim, o poema escolhido denota esse erotismo, o desejo irrealizado, o ser amado e esperado.

É importante ainda destacar que esse poema está dentro de uma parte da obra que tem como título o mesmo da obra (*Geografia íntima do deserto*), e possui outro poema intitulado “A presença dolorosa do deserto”. Aqui, será analisado apenas o primeiro poema, mas far-se-á a transcrição dos dois, para facilitar o entendimento e compreensão da leitura geral.

Eis os poemas:

O CORPO AMOROSO DO DESERTO

Teu corpo

branco e morno

(que eu deveria dizer sereno)

é para mim

suave e doloroso

como as areias cortantes

dos desertos.

Que importa

que ignores minha sede

se tua miragem

é água cristalina.

E a miragem eu firo com mil línguas

e cada uma é um pássaro

a bebê-la.

*Ferroam a minha pele
escorpiões de fogo e sol
com seu veneno
e vejo,
magoada de desejo,
os grãos tão leves
indo embora ao vento.*

A PRESENÇA DOLOROSA DO DESERTO

*Teu nome é meu deserto
e posso senti-lo
incrustado no meu próprio território.
Como uma pérola
ou um gesto no vazio.
Como o amargo azul
e tudo quanto há de ilusório.
Teu nome é meu deserto
e ele é tão vasto.
Seus dentes tão agudos
seus sóis raivosos
e suas letras
(setas de ouro e prata
nos meus lábios)
são o meu terço de mistérios dolorosos.*

Ao se fazer a escansão do poema, nota-se algumas peculiaridades, apresentadas a seguir:

1. Teu/ cor/po 2 sílabas
2. bran/co e /mor/no 3 sílabas
3. (que eu /de/ve/ria /di/zer/ se/re/no) 8 sílabas

- | | | |
|-----|-----------------------------------------------|------------|
| 4. | é /pa/ra/ mim | 4 sílabas |
| 5. | sua/ve e/ do/lo/ro/so | 5 sílabas |
| 6. | co/mo as/ a/rei/as/ cor/tan/tes | 7 sílabas |
| 7. | dos/ de/ser/tos. | 3 sílabas |
| 8. | Que im/por/ta | 2 sílabas |
| 9. | que ig/no/res/ mi/nha/ se/de | 6 sílabas |
| 10. | se /tua/ mi/ra/gem | 4 sílabas |
| 11. | é/ á/gua/ cris/ta/li/na. | 6 sílabas |
| 12. | E a/ mi/ra/gem/ eu /fi/ro /com /mil /lín/guas | 10 sílabas |
| 13. | e /ca/da u/ma é/ um/ pá/ssa/ro | 7 sílabas |
| 14. | a /be/bê/-la. | 3 sílabas |
| 15. | Fe/rro/am/ a /mi/nha/ pe/le | 7 sílabas |
| 16. | es/cor/pi/ões/ de/ fo/go e/ sol | 8 sílabas |
| 17. | com/ seu/ ve/ne/no | 4 sílabas |
| 18. | e /ve/jo, | 2 sílabas |
| 19. | ma/goa/da/ de/ de/se/jo, | 6 sílabas |
| 20. | os /grãos/ tão/ le/ves | 4 sílabas |
| 21. | in/do em/bo/ra ao/ ven/to. | 5 sílabas |

O poema não possui métrica regular, com versos livres. O verso livre é autônomo em relação aos esquemas métricos, mas esta autonomia é relativa, uma vez que a poesia não deixa nunca de integrar-se numa certa musicalidade e num certo ritmo.

De acordo com Candido,

“Todo poema é basicamente uma estrutura sonora. Antes de qualquer aspecto significativo mais profundo, tem esta realidade liminar, que é um dos níveis ou camadas da sua realidade total.” (CANDIDO, 2009, p. 37).

Portanto, é necessário se atentar para o aspecto dos sons no poema.

Nota-se a presença de uma única rima, nos versos 18 e 19. Os demais versos não possuem rimas.

*e vejo,
magoada de desejo,*

O poema é composto de vinte e um versos estruturados em apenas uma estrofe, não se dividindo. Sua estrutura lembra a de uma narrativa.

A sinestesia está presente no verso 2 (branco e morno).

Quando os vocábulos *suave* e *doloroso* (verso 5) aparecem juntos, identifica-se a antítese.

No verso 12, há uma hipérbole (*mil línguas*).

O léxico usado pelo poeta é bastante carregado de simbologia. As palavras serão listadas, de acordo com a ordem alfabética, e foram analisadas sob a égide do ***Dicionário de símbolos***, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant:

- Água: fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência. Tem todo o virtual, todo o informal, as promessas de desenvolvimento. É como se fosse um reservatório de energia. Assim, a água que brota da terra simboliza o feminino, a mulher; e aquela que desce dos céus (chuva, associada ao fogo do céu – raio) simboliza o masculino, o homem. Portanto, percebe-se a

união: mulher e homem; sexo, erotismo. (verso 11)

- Areia: o simbolismo da areia vem da quantidade de seus grãos. Fácil de ser penetrada e plástica, a areia abraça as formas que a ela se moldam; sob esse aspecto, é um símbolo de matriz, de útero. O prazer que se experimenta ao andar na areia, deitar sobre ela, afundar-se na sua massa fofa relaciona-se inconscientemente ao regresso ao útero, como uma busca de repouso, tranquilidade. (verso 6)
- Branco: assim como o negro, pode situar-se nas duas extremidades da gama cromática. Absoluto, ele significa ora a ausência, ora a soma das cores. Coloca-se no início, e no término da vida. O branco produz sob a alma o mesmo efeito do silêncio absoluto. Esse silêncio não está morto, pois transborda de possibilidades vivas. (verso 2)
- Deserto: já anteriormente descrito e analisado. (título e verso 7)
- Escorpião: segundo uma lenda do Mali, o escorpião diz: “[...] Sou o animal fatal àquele que o tocar. Tenho dois cornos e uma cauda que torço no ar. Os meus cornos chamam-se, um, a violência, o outro, o ódio.” Ele encarna o espírito belicoso, mal-humorado, sempre escondido e rápido em matar. (verso 16)
- Fogo: possui significações diversas. Como destruidor, implica um lado negativo. Como purificação, a transformação do impuro em puro. A significação sexual do fogo está ligada à fricção para sua obtenção: o vaivém – imagem do ato sexual. (verso 16)

- Língua: é considerada como uma chama. Possui a forma e a mobilidade desta. Destrói ou purifica. Enquanto instrumento da palavra, cria ou aniquila, seu poder é sem limites. (verso 12)
- Pássaro: sempre foi associado ao céu. Por sua natureza volátil, é considerado o intermediário entre o céu e a terra, como a personificação do imaterial, sobretudo da alma. (verso 13)
- Sol: sua simbologia é diversificada. Pode ser uma manifestação da divindade; fonte de luz e calor, de vida. Por nascer e se por todos os dias, também é símbolo da ressurreição.
- Vento: devido à agitação que o caracteriza, é um símbolo de vaidade, de instabilidade, de inconstância. É ainda sinônimo de mensagem, mensageiro divino: dão vida, castigam, ensinam. (verso 21)

A poetisa faz o uso do *enjambement*, que segundo Massaud Moisés, é “o transbordamento sintático de um verso em outro: a pausa final do verso atenua-se, a voz sustém-se, e a última palavra de uma linha conecta-se com a primeira da seguinte [...]” (MOISÉS, 2009, p. 142). Aparece nos versos 1/2, 4/5/6/7, 8/9/10/11, 13/14, 15/16, 20/21:

1. Teu corpo 
 2. branco e morno 
4. é para mim 
 5. suave e doloroso 
 6. como as areias cortantes 
 7. dos desertos. 

8. Que importa
 9. que ignores minha sede
 10. se tua miragem
 11. é água cristalina.



13. e cada uma é um pássaro
 14. a bebê-la.



15. Ferroam a minha pele
 16. escorpiões de fogo e sol



20. os grãos tão leves
 21. indo embora ao vento.



De acordo com Candido (2009),

“No poema, as palavras se comportam de modo variável, não apenas se adaptando às necessidades do ritmo, mas adquirindo significados diversos conforme o tratamento que lhes dá o poeta” (CANDIDO, 2009, p. 111).

As figuras de linguagem são amplamente usadas, e em especial, a metáfora, que é, bem superficialmente, a transferência de sentido. Elas aparecem desde o título, mas principalmente nos versos 1/4, 12/13, 15/16/17.

Interpretação

O poema é uma declaração feita pelo eu lírico a alguém. Esse alguém possui um corpo “branco e morno”, a dualidade presente no deserto. De acordo com a simbologia já apresentada, essa clareza, esse “branco” denota suavidade, prazer, enquanto que o “morno”, que

não é quente e também não é frio, é o intermediário, representa a dor, a aspereza das areias, que cortam, que machucam.

O corpo é objeto de desejo, de vontade, de querer. Mas a impossibilidade de tê-lo machuca, corta, rasga, fere. Isso faz doer.

A presença do deserto como imagem remete ao calor escaldante, sem refrigério, sem descanso. Esse desejo é forte, intenso. E deixa-o com sede.

A pessoa a quem o eu lírico se dirige ignora sua sede. Mas isso não interfere na fala. Mesmo sentindo o desprezo, encontra em quem se mostra hostil seu sustento, seu norte, seu rumo.

A imagem/miragem do ser objeto de desejo é “água cristalina”. No deserto, o encontro de um lugar que tenha água é sinônimo de vida, de continuidade.

A tensão do poema verifica-se nessa dualidade presente em todo ele: a morte, a aridez, a secura, o desejo não correspondido, e também não satisfeito, com a água cristalina, a vida, a abundância, a regeneração, a continuidade.

A areia que queima é também algo que acaricia, é macia.

A presença de escorpiões mostra que esse desejo é bem mais destrutivo que construtivo, pois, além disso, esses escorpiões são de fogo e sol. Ambas as palavras de

dupla significação (representam o início e o fim, a luz e a escuridão).

Somente no verso 19 é possível identificar o gênero do eu lírico (magoada de desejo). Essa mulher fica vendo os grãos de areia (objeto de desejo não satisfeito) “indo embora ao vento”. Essa passagem suscita uma sensação de perda, de abandono.

Os vocábulos “sede”, “miragem”, “vento”, “sol”, remetem ainda a uma imagem de imaginação, confirmada pelo vocábulo “miragem”.

A autora, por meio do erotismo insatisfeito e das metáforas, demonstra nesse poema a não realização de um desejo. Há uma mistura dos elementos do desejo e do deserto, e o “corpo amoroso do deserto” cria outro corpo, “branco e morno (que eu deveria dizer sereno)”. Cria-se mais o desejo do que a realização.

Por fim, nos versos finais, há a imagem do corpo da pessoa amada “indo embora ao vento”, deixando o eu lírico sem a satisfação do desejo carnal, físico, o erotismo à flor da pele, lancinante, cheio de amor não correspondido. Por esta razão, há a segunda parte do poema, “A presença dolorosa do deserto”, que mostra a consequência dessa irrealização do amor.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: Guimarães, 1951.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. São Paulo: Arx, 2004.

FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 9, 2012.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. 6. ed. São Paulo: Humanitas, 2009.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

FARIA, A. A. ;MOISÉS, C. F. **Antologia poética da geração 60**. São Paulo: Nankin, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. CD-ROM.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2009.

PAZ, Octávio. **A chama dupla: amor e erotismo**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1995.

ROSENBAUM, Yudith. **Manuel Bandeira: uma poesia da ausência**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

VERUNSCHK, Micheliney. **Geografia íntima do deserto**. São Paulo: Landy, 2003.

Bibliografia

ALEXANDRIAN, Sorane. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 47. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LEXIKON, Herder. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Cultrix, 2005.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

Soneto 105- “A sublimação do amor presente em Shakespeare” (*)

Letícia Gonçalves de ANDRADE ¹

RESUMO:

Esse artigo tem como objetivo fazer uma breve apresentação sobre o início da literatura inglesa, situar o leitor na Renascença, época na qual William Shakespeare fez parte, expor algumas características e fatos sobre sua carreira e obra para que a partir de então, esta seja exemplificada e analisada por meio de um poema (**Soneto 105**) sobre a sublimação do amor, apresentando uma das várias possíveis leituras e interpretações desta obra.

PALAVRAS CHAVE: Renascença, Literatura, Willian Shakespeare, Análise, Soneto, Amor.

A literatura Inglesa tem como marca inicial a raça britânica, pois a língua falada por esse povo era um inglês arcaico, que deixou marcas na língua e literatura, já o entretenimento ficava por conta das baladas e

(1)Licenciada em Letras pelas Faculdades Integradas Urubupungá/FIU/SP (2011), Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior nas FIU (2012), leticiagadrade@hotmail.com

(*) Orientadora Prof.^a Me. Edilva Bandeira, Professora nas FIU, edilvabandeira@hotmail.com

canções curtas que narravam histórias de amor ou aventuras de heróis como Robin Hood.

No século XVI, durante o período conhecido como Renascença, encontra-se o autor William Shakespeare. Antes de dar início a sua trajetória e análise de uma de suas obras, é necessário aprofundar-se um pouco sobre o momento histórico no qual ele fez parte para que, desta forma, a compreensão de sua obra seja mais clara.

É comum ouvirmos falar da Renascença como Época Elisabetana, ou seja, época do reinado de Elisabeth I (1558 a 1603). Este foi um período em que não só a literatura Inglesa teve um grande desenvolvimento como também as artes, tamanho foi este desenvolvimento que não se verá algo igual ao longo da história da literatura inglesa.

De acordo com CEVASCO e SIQUEIRA, (1993, p. 31) “O mundo teocêntrico medieval dá lugar a um admirável mundo novo, em que o homem ocupa o centro do palco.”

A cultura se modernizou e a política e a economia na Inglaterra caminhavam em um grande progresso durante o reinado de Elisabeth I. As condições materiais levavam os intelectuais a um grande desenvolvimento, os humanistas se faziam presentes e apresentavam seus conhecimentos oriundos do grego e do latim.

Surgem então os sonetos, a prosa ficcional é desenvolvida, o bucolismo, a natureza idílica e o

romance pastoril são elementos presentes nas obras deste período.

O público da época era mais preparado para ouvir do que para ler e sendo assim, o teatro é o gênero que mais ganha destaque. Começam então a serem escritas as primeiras comédias e tragédias; é neste cenário que encontramos Willian Shakespeare.

Shakespeare nunca escreveu com a intenção de publicar suas obras. Elas eram escritas para serem encenadas, eram recheadas não só de assuntos comuns da época, mas também de humor, consciência, valores, emoções, problemas sociais, sentimentos e política. Fantasia e realidade se misturam formando um mundo fictício onde o romantismo se evidencia. O poeta fala de emoções e nos faz senti-las como se fossem nossas, os assuntos abordados são temas comuns aos seres humanos de todas as épocas. Após uma fase brilhante no teatro na virada do séc. XVI, Shakespeare passa por um período sombrio, em que escreveu algumas obras de grande sucesso que são marcadas pelo pessimismo e pelas sombras.

Em seus últimos anos de vida não produziu mais peças teatrais, entretanto não deixou de escrever poemas, compôs 154 Sonetos, que já seriam o suficiente para evidenciá-lo para sempre, sendo considerados por muitos as mais belas páginas líricas da literatura elisabetana. Sua morte em 1616 marcou o fim de uma era. Dentre seus sonetos é possível destacar o **Soneto 105**, objeto de análise deste trabalho devido ao sentimentalismo contido em seus versos.

Soneto 105

*Oh! Ninguém chame idolatria o meu amor,
 Nem dê por ídolo quem alvo é desse preto,
 Porque todo o meu canto e todo o meu louvor
 São para alguém, de alguém e sempre, e de um só jeito.
 Meu amor hoje é afável, amanhã afável,
 Sempre constante numa esplendida excelência:
 Logo meu verso, limitado ao invariável,
 Exprime uma só coisa, e exclui a impermanência.
 “Bom, belo e verdadeiro” - é um só meu argumento,
 “Bom, belo e verdadeiro” – em vária locução:
 Nessa mudança absorvo tudo quanto invento,
 Três temas postos num, de amplíssima extensão.
 “Bom, belo e verdadeiro” alheios tem vivido:
 Num ser ainda não se haviam reunido.*

Os sonetos tem como estrutura básica dois quartetos e dois tercetos separados por estrofes. Ao folhear a coletânea de Shakespeare, nota-se inicialmente que a métrica não foi seguida desta forma, o poeta compôs seus 154 sonetos todos com 14 versos mas não os separou em estrofes, no entanto, não deixou de lado a rima que dá o ritmo aos poemas.

De acordo com Goldstein (1988) os sonetos tratam de um tema de maneira condensada. Após uma leitura detalhada do **Soneto 105**, várias características são encontradas presentes na obra, elementos como a admiração pelo ser humano, uma certa melancolia e algumas reflexões morais permeiam o tema principal que se condensa dentro desta miscelânea de palavras, o amor sublime e perfeito, tratado aqui com profundo ardor.

O ser humano é admirado por ser capaz de sentir algo tão sublime e a melancolia está sempre presente quando se fala sobre sentimentos, principalmente se o assunto em questão é o amor. A palavra “ídolo” retrata bem esta admiração pelo ser humano enquanto a melancolia destaca-se em versos como “São para alguém, de alguém e sempre, e de um só jeito”.

Uma certa reflexão moral pode ser notada no último verso do poema (“Num ser ainda não se haviam reunido”), o poeta faz uma reflexão sobre o ser humano e a forma e intensidade como ele demonstra e vive o amor, se coloca em local superior a todos, pois apenas ele foi capaz de reunir tais características e viver a intensidade do sentimento descrito.

O romantismo presente na maioria das obras de Shakespeare é evidenciado durante todo o poema, o amor imutável, perfeito, intenso, invariável, verdadeiro e de amplíssima extensão, que é descrito aqui faz referência a alma, transparece, sublima e exemplifica o espírito, a alma e o coração do poeta sobre um sentimento não só carnal, mas acima de tudo puro e comum a humanidade, esta característica é intensificada pelo uso do refrão “Bom, belo e verdadeiro”.

Fazer um soneto e ter como tema o amor é literalmente condensar o assunto, pois para quem vive ou já viveu esse sentimento sabe-se que palavras jamais exemplificariam ou seriam capazes de descrever fiel e intensamente tal sentimento, a partir de então é possível afirmar que William Shakespeare soube não só condensar, mas tecer de forma clara e sucinta um belo exemplar sobre o amor, não somente neste poema usado

como base de trabalho, mas também em outros vários que compõem suas obras.

Para GOLDSTEIN (1988) “a riqueza de significações escondidas num poema justifica sua múltipla leitura e interpretação”, sendo assim, este trabalho exemplificou um fragmento da obra de Shakespeare e mostrou apenas uma das várias possíveis leituras e interpretações da mesma.

Referências

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1999.

BURGESS, Anthony. **A literatura inglesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa; SIQUEIRA, Valter Lellis. **Rumos da literatura inglesa**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GOLDSTEIN, Norma. **Análise do poema**. São Paulo: Ática, 1988.

SHAKESPEARE, William. **Sonetos**. Tradução Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Tecnoprint, 1990.

Política e instruções aos autores

- A “**FuturaMente**: revista científica” publica artigos científicos, ensaios, resenhas e debates voltados para a ampliação de conhecimentos, questões e debates de interesse da comunidade acadêmica.
- Todos os trabalhos são submetidos à leitura de, pelo menos, dois pareceristas que integram a Comissão Editorial, garantidos sigilo e anonimato dos autores e dos pareceristas.
- Somente serão publicados os trabalhos avaliados e aprovados quanto ao seu mérito científico, adequação aos requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT (www.abnt.org.br) e obedientes as instruções aqui registradas, desde que as modificações sugeridas, se houver, sejam atendidas pelo autor.
- Fica subentendida a autorização para publicação do texto encaminhado.
- A síntese dos pareceres, em caso de aceite condicionado ou recusa, é encaminhada aos autores.
- Os trabalhos devem ser enviados para o endereço eletrônico: nazira@fiu.com.br , **até o final de maio**, para publicação no mesmo ano.

Formatação

Os originais deverão ser redigidos na ortografia oficial em português e digitados em processador de texto *Word for Windows*, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço duplo, papel A4. No preparo dos originais, deverá ser observada, na medida do possível, a seguinte estrutura:

a) Título e subtítulo em até duas linhas; nome completo do(s) autor(es), seus créditos profissionais e acadêmicos e endereços (físico e eletrônico)

b) Resumo e palavras-chave: o texto do resumo não deve ultrapassar 500 caracteres (considerando os espaços) e apresentar o mínimo de (3) três palavras-chave a identificar o conteúdo do artigo. Redação e estilo do resumo devem obedecer às orientações da NBR-6028 da ABNT;

c) Título em inglês, *abstract* e *key words* devem acompanhar o artigo adequadamente traduzido.

d) Corpo do texto, ao longo do qual não deve haver identificação autoral.

Para citar

Há duas maneiras de citar uma fonte:

- a) direta, respeitando a redação, ortografia e pontuação original;
 - b) indireta, usando apenas o conceito da fonte, que não aparece de forma literal ou textual
- Seguir a NBR-10520/2002 da ABNT.

Para referenciar

Referências bibliográficas deverão obedecer a NBR-6023/2002 da ABNT, sendo ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor;

- a) nas referências de até três autores, todos poderão ser citados, separados por ponto e vírgula;
- b) nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão et al.

- c) a exatidão das referências constantes na listagem e a correta citação no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

Livro (um autor)

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Livro (dois autores)

BABIN, P.; KOULOUMDJIAN, M. **Os novos modelos de compreender**: a geração do audiovisual e do computador. São Paulo: Paulinas, 1989.

Capítulos de livros

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILII, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 29-34.

Artigos de periódicos (com mais de três autores)

ALCARDE, J. C. et al. O equivalente em carbonato de cálcio dos corretivos da acidez dos solos. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, v. 53, n. 2, p. 204-210, 1996.

Teses

CARVALHO, W. L. P. **O ensino das ciências sob a perspectiva da criatividade**: uma análise fenomenológica. 1991. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: proposta reflexiva em

debate. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2002.

Decretos, leis

BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 18, p. 1435-1436, 27 jan. 1997. Seção a.

Trabalho publicado em Anais de Congresso

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18., 1997, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. p. 302-314.

Informações gerais

- Será oferecido ao autor principal de cada artigo um (1) exemplar do fascículo em que seu trabalho foi publicado;
- Os trabalhos também estarão disponíveis, integralmente em forma eletrônica, no site das FIU: <http://www.fiu.edu.br/2011/biblioteca.html>
- O corpo editorial e a Instituição não se responsabilizam pelas informações contidas nos textos, que são de inteira responsabilidade dos autores.

